

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Silvana Marshall

**BANCOS COMUNITÁRIOS BRASILEIROS:
CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, SUSTENTABILIDADE
E DESAFIOS**

Santa Maria, RS
2017

Silvana Marshall

**BANCOS COMUNITÁRIOS BRASILEIROS:
CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, SUSTENTABILIDADE
E DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas.**

Orientador: Prof^o. Dr. Sérgio Alfredo Massen Prieb

Santa Maria, RS
2017

Silvana Marshall

**BANCOS COMUNITÁRIOS BRASILEIROS:
CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, SUSTENTABILIDADE
E DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Aprovado em _____ de julho de 2017:

Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Irina Mikhailova, Dra. (IFESP – Rússia)

Elder Estevão de Mello, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha mãe Maria do Carmo Marshall (in memoriam), que sempre me incentivou para a realização dos meus ideais, encorajando-me a enfrentar todos os momentos difíceis da vida. Foi através do seu exemplo de persistência e força de vontade que consegui finalmente concluir essa graduação.

Te amarei eternamente, mãezinha!

Dedico também essa conquista, ao meu filho Murilo Marshall Prestes, que através do seu amor, me trouxe de volta a vontade de viver e que me dá forças e motivos para almejar sempre por dias melhores. Te amo infinitamente, meu passarinho!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me proporcionado chegar até aqui.

Agradeço ao meu esposo Julio Cesar Vargas Prestes, pelo amor e companheirismo demonstrado, sempre me ajudando, incentivando e compreendendo minha ausência.

Agradeço aos meus irmãos Dinarte Marshall Junior e Débora Marshall, por estarem sempre ao meu lado me encorajando e acreditando que esta conquista seria possível.

Agradeço ao meu orientador Professor Sérgio Alfredo Massen Prieb, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos; e também pela sua acolhedora recepção quando retornei a esse curso, 15 anos depois de tê-lo iniciado.

Agradeço a Professora Rita Inês Paetzhold Pauli, pela atenção e orientação nesta importante etapa da vida acadêmica, sempre disposta a me ouvir e auxiliar.

Agradeço aos Professores Elder Estevão de Mello e Professora Irina Mikhailova que gentilmente aceitaram fazer parte da banca avaliadora deste trabalho.

Agradeço aos Colegas e Professores de Curso, pela amizade e aprendizagem que construímos juntos.

E a todos os que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu Muito Obrigada.

“O vento é o mesmo,
mas a resposta é diferente em cada folha;
somente a árvore seca fica imóvel
entre pássaros e borboletas”.
(Cecília Meireles)

“Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos,
Fazendo coisas pequenas mudarão a face da terra.”
(Provérbio Africano)

“Se quiseres fazer planejamento para um ano: Plante Cereais.
Se quiseres fazer planejamento para trinta anos: Plante Árvores.
Se quiseres fazer planejamento para cem anos: Organize e motive a
Organização do Povo.”
(Provérbio Chinês)

“Quando o extraordinário se torna cotidiano, é a revolução”
Ernesto “Che” Guevara

RESUMO

BANCOS COMUNITÁRIOS BRASILEIROS: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS

AUTORA: Silvana Marshall
ORIENTADOR: Sérgio Alfredo Massen Prieb

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento - ainda desconhecidos para muitos – são serviços financeiros solidários, organizados em redes de colaboração, com uma natureza associativa, que atendem uma comunidade específica, contribuindo para a geração de trabalho e renda e o alcance do desenvolvimento socioeconômico comunitário. Essas experiências fazem parte do conjunto de Finanças Solidárias e se destinam a prover o crédito para uma grande parcela de excluídos do Sistema Financeiro Nacional, proporcionando dessa forma, uma democratização do mesmo. A atuação deles vai ao encontro do princípio constitucional da Igualdade que consiste em dar um tratamento isonômico para os cidadãos, ou seja, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades. Com este trabalho pretende-se analisar as experiências brasileiras nesses tipos específicos de finanças, descrevendo seu conceito; suas características; marco teórico-analítico utilizado para sua criação; formas de sustentabilidade; desafios; além de sua evolução desde o surgimento do primeiro expoente. Além disso, para melhor ilustração prática do funcionamento desses bancos, foi realizado um estudo exploratório de algumas experiências no Brasil. Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica baseada em materiais já publicados sobre o assunto. Dessa forma, verifica-se que essas experiências, além de contribuírem para a melhora na situação econômica dos indivíduos, facilitam a interação social, favorecem a aprendizagem coletiva que transforma a realidade da comunidade e contribui para a reflexão dos participantes acerca dos processos de desenvolvimento econômico, social e político.

Palavras-chave: Economia Solidária. Finanças Solidárias. Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

ABSTRACT

BRAZILIAN COMMUNITY BANKS: CONCEPTS, CHARACTERISTICS, PRESERVATION, AND CHALLENGES

AUTHOR: SILVANA MARSHALL
ADVISOR: SÉRGIO ALFREDO MASSEN PRIEB

Community Development Banks – still unknown by many people – are financial solidary services, organized around cooperation networks, recognized for their associative nature, for the benefit of a specific community, contributing towards work and income generation, as well as social and economic development of communities. These experiences constitute the set of Solidary Finances which aim at providing credit to a great percentage of people excluded from the National Financial System, attaining hence its democratization. Community Development Banks act to fulfill the Constitutional Principle of Equality, which consists in promoting equality by providing citizens isonomic treatment, that is to say, treating equally equals and unequals unequally, in proportion to their inequalities. This study aims at analyzing Brazilian experiences with these specific types of finances, by defining their concept; their characteristics; theoretical-analytical framework used to their formulation; means for preserving them; challenges they face; besides their evolution, from the emergence of the first exponent. Moreover, in order to better illustrate practically how these banks work, an exploratory research on some Brazilian experiences was carried out. As a means to achieve the aim of this study, a documental and bibliographical research was taken, based on previous research on the subject. As a result, it was concluded that besides contributing to improve economic conditions for individuals, these experiences facilitate social interaction and enhance collective learning, which impacts the reality of the community and contributes to participants' reflection about the processes of economic, social and political development.

Key-words: Solidarity Economy. Solidary Finances. Community Development Banks.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária
TEM	Ministério do Trabalho e do Emprego
CONAES	Conferência Nacional de Economias Solidárias
ES	Economia Solidária
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
INCUBES	Incubadora de Empreendimentos Solidários
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
ITES	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários e Gestão do Desenvolvimento Territorial
UFBA	Universidade Federal da Bahia
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
CPCC	Centro Popular de Cultura e Comunicação
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
EESs	Empreendimentos Econômicos Solidários
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
CADIN	Cadastro de Inadimplência
ASESCEC	Associação de Economia Solidária, Cultura e Educação da Cascata
NEGA	Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIVENS	Cooperativa de Costura Unidas Venceremos
FSM	Fórum Social Mundial
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
FNS	Fundo Nacional da Solidariedade
FDS	Fundo Diocesano da Solidariedade
UNITRABALHO	Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
GT-Brasileiro	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA	13
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	13
2.2 DEFINIÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	16
2.3 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	18
2.4 CARACTERÍSTICAS DAS EXPERIÊNCIAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
2.5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	20
3 FINANÇAS SOLIDÁRIAS	24
3.1 EXPERIÊNCIAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS	26
3.1.1 Cooperativas de Crédito	27
3.1.2 OSCIP de Microcrédito	28
3.1.3 Fundos Solidários	29
4 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	31
4.1 CONCEITO DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO ...	31
4.2 CARACTERÍSTICAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	34
4.3 MARCO TEÓRICO-ANALÍTICO PARA A CRIAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	36
4.4 SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	39
4.5 O PAPEL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	42
4.6 DESAFIOS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO..	42
4.7 SURGIMENTO E EXPANSÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	44
4.8 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COM BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	48
4.8.1 Banco Palmas (Fortaleza/Ceará)	49
4.8.2 Banco Jardim Botânico (João Pessoa/ Paraíba)	50
4.8.3 Banco Cocais (Teresina/PI)	51
4.8.4 Banco Popular de Maricá (Maricá/RJ)	52
4.8.5 Banco Cascata e Banco Justa Troca (Porto Alegre/RS)	52
5 CRÍTICAS À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UM CENÁRIO CAPITALISTA ..	54
6 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES), para os mais céticos, pode ser considerada uma busca vã - ainda que bem intencionada - de uma alternativa aos sistemas socioeconômicos vigentes. A incredulidade é justificável na medida em que o modelo neoliberal globalizado avança como um trator sobre os que se encontram à margem do sistema hegemônico vigente. Desempregados, miseráveis, mulheres, população negra, povos indígenas, população de rua e todos os demais cidadãos e cidadãs em situação de vulnerabilidade social e econômica, não vislumbram perspectiva alguma diante do cenário desumano e injusto de distribuição desigual de riqueza no mundo.

No entanto, sob a perspectiva dos que crêem que “uma outra economia é possível”, a ES é um sistema de produção, distribuição e consumo que representa uma outra forma de fazer economia, desconstruindo a visão convencional de uma economia singular direcionada para o lucro e construindo uma economia plural em favor do bem-estar humano e social. Nessa perspectiva acredita-se que a Economia Solidária pode produzir, por formas associativas não capitalistas, o que nem o Estado, nem o mercado conseguem produzir.

Essa pesquisa justifica-se pela importância que a economia solidária vem alcançando na vida das pessoas carentes economicamente, possibilitando a ampliação das oportunidades de geração de renda e a redução da exclusão social.

Defensores da ES como Singer ([200-], p. 2), entendem que as instituições financeiras privadas nunca tiveram interesse em ter o povo comum como clientes, pois essas pessoas são humildes e se encontram à margem do sistema financeiro e de todas as instituições públicas. Eles trabalham informalmente, habitam loteamentos irregulares (favelas e invasões) e, muitas vezes nem documentos possuem.

Foi a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Conselho da Comunidade Solidária, no ano de 1995 e, posteriormente com o governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o qual tinha a inclusão financeira como objetivo estratégico prioritário, que essa realidade começou a mudar. Mas apesar dessas medidas, ainda há muita gente que não tem acesso aos serviços prestados pelo Sistema Financeiro convencional.

Nesse sentido é que se consolida o papel dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) que serão estudados neste trabalho; eles atuam num campo de atividades cujas demandas não são satisfeitas nem pelo mercado, nem pelo Estado, além de restaurarem laços e vínculos sociais degradados pelas condições das pessoas e dos bairros populares através de uma organização da vida econômica local.

Com a finalidade de promover o bem-estar humano e social e, experimentar uma outra economia baseada na satisfação das necessidades ao invés do lucro é que foram criados os BCDs. Hoje a Rede Brasileira de Bancos Comunitários conta com 103 (cento e três) Bancos Comunitários, segundo dados do Instituto Banco Palmas; que se baseiam no apoio aos diversos âmbitos da economia popular solidária: pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços de apoio à comercialização e nos diversos campos das pequenas economias populares.

Dessa forma o problema que orienta a nossa pesquisa consiste em determinar: ***O que são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como funcionam e como se sustentam?***

No desenvolvimento deste trabalho, busca-se como objetivo geral, analisar as experiências dos BCDs no Brasil. Já os objetivos específicos da pesquisa são:

- Discutir aspectos conceituais da Economia Solidária e apresentaras instituições que a compõem.
- Apresentar o conceito de Finanças Solidárias para contextualização dos BCDs.
- Conceituar e caracterizar os BCDs.
- Apresentar dinâmica e a forma de funcionamento dessas experiências de Finanças Solidárias.
- Compreender como se dá a sustentabilidade dos BCDs.
- Analisar as principais experiências nacionais com os BCDs.

Quanto à metodologia da pesquisa, será utilizado o método qualitativo que entende que existe uma relação dinâmica e indissociável entre o mundo real e o sujeito; ele consiste em uma pesquisa descritiva onde os as informações não podem ser meramente quantificadas e os dados obtidos devem ser analisados de forma indutiva.

No caso dos procedimentos técnicos utilizados, será feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema baseada em materiais já publicados, que podem ser livros, periódicos, artigos e materiais publicados na Internet.

Neste trabalho, são apresentadas definições dos conceitos de Economia Solidária (ES), Finanças Solidárias (FS) e Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD).

Inicialmente, traz-se uma breve descrição da evolução histórica da ES no Brasil e no mundo. Na sequência, abordam-se as características e os princípios que definem e norteiam a ES. Em seguida, discorre-se sobre as instituições que têm se organizando com o decorrer do tempo a fim de que a ES se desenvolva e alcance seus objetivos.

A definição do conceito de BCD apresentada nesta pesquisa fundamenta-se nos significados contidos no *Dicionário Internacional da Outra Economia* (2009, p. 31) e no conceito formulado no *II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários* (2007), bem como nas características específicas dessas iniciativas solidárias. São abordados ainda, neste estudo: o marco teórico-analítico dos BCD, as formas de sustentabilidade de tais experiências, bem como o papel e os desafios desses bancos na ES. Além disso, busca-se dissertar sobre o surgimento, a evolução e a expansão dos BCDs no Brasil e no mundo. Por fim, são analisadas algumas experiências de BCDs que vêm sendo desenvolvidas no Brasil.

Compreendidos como uma forma de Finanças Solidárias e norteando-se por valores éticos, humanizados e solidários, os BCDs promovem a inclusão da parcela de excluídos do Sistema Financeiro Convencional e contribuem para a democratização do Sistema Financeiro. Neste trabalho, além dos BCDs, são descritas ainda as principais experiências que operam tais Finanças, quais sejam: as Cooperativas de Microcrédito, as OSCIPs de Microcrédito e os Fundos Solidários.

No capítulo final será feita uma discussão com alguns autores que questionam a ES como uma real alternativa à Economia Capitalista.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária é resultado da organização de produtores e consumidores na construção de novas relações econômicas e sociais que prontamente contribuem para a sobrevivência e a melhora na qualidade de vida das pessoas que dela participam. Ela se mostra como uma alternativa material e humana superior à Economia Capitalista.

Nesse modelo de atividade econômica o ser humano é colocado no centro do processo, ao invés da acumulação de riqueza como no capitalismo. Ela prioriza o trabalho coletivo, a autogestão, o cuidado com o meio ambiente, a sustentabilidade, as relações de confiança, a justiça social e principalmente os cuidados com o ser humano.

Neste capítulo, primeiramente, situa-se o surgimento e a evolução da Economia Solidária no Brasil e no mundo e são comentadas as instituições que operam e contribuem para o seu desenvolvimento. Além disso, é feita uma breve discussão conceitual sobre essa “outra economia”, assim como os princípios que a norteiam e as características das experiências em Economia Solidária.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uma das primeiras origens da economia, baseada na partilha e solidariedade, encontra-se nos povos indígenas, que devido a sua cultura de organização socioeconômica tribal - alicerçada sobre a acumulação comunal e trocas de produtos por meio de um mutualismo igualitário, onde cada membro da sociedade tinha um papel fundamental para o bem estar da coletividade - já praticavam tal atividade. Ademais, desde o descobrimento da América, em documentos Incas, já se encontram evidências sobre a existência de sistemas econômicos e sociais fundados na solidariedade, cooperação, ajuda mútua, a propriedade social dos meios de produção e a autogestão (PAEZ, 2001, p. 25).

Analisando a Era Moderna, na Europa, a Economia Solidária surge no início do século XIX, na França com os expoentes pensadores Claude Saint-Simon (1766-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1809 -1865), e, na Inglaterra, Robert Owen (1773-1858). Esse pensamento decorre do fortalecimento do processo da Revolução Industrial, que se espalhava pela Europa e pelo resto do mundo, o

qual fomentava cada vez mais os ideais liberais, causando crises e miséria do proletariado, além de aumentar a exploração da classe operária com jornadas de trabalho excessivas e péssimas condições de trabalho. De acordo com Arroyo e Schuch (2006, p. 27), em virtude desses acontecimentos, observa-se o surgimento de diversas experiências solidárias inspiradas nas “ideias da valorização do ser humano e do mutualismo por meio de cooperativas e associações de produção e de socorro mútuo criadas pelos trabalhadores”. Estas experiências tinham como objetivo reduzir os efeitos nocivos do sistema liberal capitalista.

O pensamento econômico solidário reapareceu com a crise de superprodução de 1929-1932, que foi responsável pela quebra da economia mundial, onde novamente os operários se reuniram para a formação de associações/cooperativas de consumo e de habitação visando sua defesa e sobrevivência econômica.

Na segunda metade da década de 1970, o capitalismo sofre uma nova crise econômica mundial, a crise dos petrodólares, que elevou o preço internacional do petróleo e seus derivados. Desta vez é colocado em xeque o modelo keynesiano vigente no período pós Segunda Guerra Mundial. Neste período de grande crescimento econômico predominou o padrão de acumulação taylorista-fordista, que tinha sido pensado para uma era de prosperidade econômica, porém, ele não consegue responder ao aumento do desemprego e fechamento de empresas. É nesse cenário econômico, que emergem as ideias neoliberais, principalmente após a ascensão ao poder de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Junto com o neoliberalismo novas formas de organização produtiva se fazem presentes em substituição ao já superado taylorismo-fordismo, assim, um novo padrão de acumulação passa a predominar, de caráter menos rígido do que o anterior, flexível, em que se destaca o chamado toyotismo.

Se a crise da segunda metade dos anos 70 trouxe à tona o neoliberalismo e o modelo toyotista, de lado ideológico oposto ressurgia na Europa, no início da década de 1980, o processo de organização produtiva cooperativista/associativista com empresas gerenciadas pelos próprios trabalhadores com o intuito de manter e até mesmo criar novos empregos.

De acordo com Arroyo e Schuch (2006, p. 32), no Brasil as ideias solidárias começam a ser disseminadas com a Revolução Francesa e sua bandeira de Liberdade-Igualdade-Fraternidade, tendo tido maior visibilidade social e política no final do século XIX, com a vinda dos imigrantes europeus, principalmente os

italianos e espanhóis, em cujos países de origem o anarco-sindicalismo (sociedade democraticamente gerida pelos próprios trabalhadores) era dominante. Dessa forma, foram formados e se propagaram nacionalmente diversos sindicatos, cooperativas e ligas camponesas, unidos entre si.

O desenvolvimento recente da economia solidária no Brasil teve muita influência das transformações socioeconômicas ocorridas durante as décadas de 1970-1990.

A década de 1980 é caracterizada pelo novo liberalismo econômico nos países em desenvolvimento, provocando mudanças estruturais políticas e econômicas, onde a economia de mercado, privatizações e investimentos estrangeiros passam a ser primordiais; além de um forte endividamento nesses países, gerando uma paralisação das operações no mercado privado de crédito e o acesso a empréstimos privados se torna cada vez mais inacessível. Nessa década observa-se também uma preocupação maior acerca das questões ambientais para o desenvolvimento, muitas instituições passam a fazer a defesa do "desenvolvimento sustentável".

Já a década de 1990 é considerada a da integração econômica e da globalização, onde os países formaram blocos econômicos integrando-se monetária, econômica e financeiramente entre si; além da introdução dos avanços tecnológicos unindo todos os continentes. A partir desse período ocorre a massificação do processo do ideal solidário popular, e também as primeiras publicações acerca desse novo conceito de economia.

Já nas últimas décadas devido às crises econômicas, à reorganização do trabalho e redução da mão-de-obra, à adoção de novas tecnologias e técnicas de trabalho e da subcontratação de serviços autônomos e cooperativos, ocorreu o aumento do desemprego e a redução dos salários, levando a pobreza a se multiplicar em proporções extraordinárias. Mas também ocorreu a diversificação das relações de trabalho, incrementando o trabalho por conta própria, o individual, o coletivo/solidário na forma de cooperativas e associações.

Nesse contexto, observa-se que

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005).

2.2 DEFINIÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária compreende uma variedade de atividades econômicas de produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças fundamentadas na cooperação, autogestão e solidariedade. Ela é estabelecida a partir da associação, da cooperação, da comunhão, seja entre indivíduos para a formação de empreendimentos coletivos ou entre empreendimentos para melhorar a competitividade e os ganhos configurando estruturas em rede.

Conforme Gadotti (2009, p. 41) a Economia Solidária é “embrião de uma nova sociedade, como forma típica de um novo modo de produção, antagônica ao modo de produção capitalista”. Ele enfatiza também que ela não é somente um projeto de uma nova economia, mas de uma nova sociedade alicerçada nos valores solidários.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2011), essa “outra forma de fazer economia” pode ser definida em três dimensões: economicamente, culturalmente e politicamente. Na esfera econômica, é um modo de fazer economia onde a produção, a oferta de serviços, a comercialização, as finanças ou o consumo estão alicerçados na democracia e cooperação, com todos os atores operando como trabalhadores e donos do empreendimento, ao mesmo tempo. Culturalmente ela representa um estilo de vida, um jeito de “estar no mundo” e de consumir produtos locais, saudáveis, solidários, sustentáveis e que não contribuam para a competição capitalista e sim para a cooperação solidária. Na política, a ES é um movimento social, que busca a mudança da sociedade através dos valores da solidariedade ao invés dos valores capitalistas das grandes empresas e dos latifúndios.

Segundo Karl Polanyi (1983 apud FRANÇA FILHO, In: SILVA JUNIOR, 2008, p. 120; PASSOS, 2007, p. 27), a economia não se restringe somente à economia de mercado, ele identifica outros princípios que orientam o comportamento econômico ao longo da história - o mercado autorregulado, a redistribuição, a domesticidade e a reciprocidade - ele os reordena e resume a economia de três formas:

I - Economia mercantil: fundada no mercado autorregulado. É um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, onde as relações são baseadas no utilitarismo e no valor (preço) do bem trocado e não pela relação em si.

II - **Economia não mercantil**: fundada na redistribuição. É marcada pela verticalização e obrigatoriedade da troca, com a figura do Estado (ator central) apropriando-se dos recursos e fazendo a distribuição.

III - **Economia não monetária**: fundamentada, sobretudo na reciprocidade. É marcada pela circulação dos bens de modo horizontal que vai além da satisfação utilitária das necessidades, trata-se, sobretudo de fazer com que os laços sociais sejam duradouros. Ela está relacionada à ajuda mútua que ocorrem através do voluntariado, redes de troca e doações. As relações de troca baseiam-se também na domesticidade, sendo o valor de uso central nas transações.

Nesse sentido, a ES constitui uma economia plural, uma tentativa de articulação e coexistência entre as três formas de economia apresentadas - economia mercantil, não mercantil e não monetária - e não como uma economia única, singular e de “puro” mercado. Como salienta França Filho (2007, apud PASSOS, 2007):

Pensamos desta forma que a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição (FRANÇA FILHO, 2007, p. 6 apud PASSOS, 2007, p. 28).

A ES é composta por grupos de produção, iniciativas comunitárias de trabalho e renda, associações, cooperativas populares, de agricultura familiar e agroecologia, e de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras solidárias e empresas autogestionárias, que desenvolvem atividades econômicas nas áreas de produção, beneficiamento, comercialização, prestação de serviços e crédito. Estes grupos objetivam a sustentação da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores e suas famílias e seguem uma lógica diferente da lógica das empresas capitalistas, que são voltadas para o lucro. A ES tem como principal valor o trabalho e não o capital, e é voltada para a reprodução ampliada da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores.

2.3 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A ES fundamenta-se nos valores universais de mutualismo e cooperativismo, segundo Arroyo e Schuch (2006, p. 38) ela projeta a

criação de uma sociedade justa, racional e equilibrada, seguindo o caminho do processo de desenvolvimento sustentável e integrado para a geração de melhor qualidade de vida, não somente para seus associados/cooperativados (indivíduos), mas para todos os cidadãos e cidadãos do mundo.

Segundo a Carta de Princípios da Economia Solidária (FBES, 2005), ela tem como princípios gerais os seguintes pontos:

- A solidariedade, a cooperação e a democracia constituindo os alicerces da convivência humana e criando uma sociedade humanizadora e eficaz para todos.
- A valorização social do trabalho humano, ou seja, o homem deixa de ser visto apenas como portador de sua força de trabalho e sim como ser humano.
- Reconhecimento do papel feminino na economia.
- Desenvolvimento integrado e sustentável do homem com a natureza, respeitando-a sempre.
- O reconhecimento da importância do saber e da criatividade humanos sobre o capital, recuperando assim as origens da economia e do desenvolvimento digno humano.
- Buscar a uniformidade e unicidade entre produção e reprodução evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui alguns trabalhadores do acesso aos benefícios gerando crises globais de recessão.
- O trabalho associado na organização da empresa, como forma de reduzir as disparidades sociais e materiais, a pobreza e a exclusão social.
- A propriedade social dos meios de produção pelos trabalhadores, que são os proprietários e gestores da empresa, e também são os favorecidos com os resultados da atividade econômica.
- A autogestão, ou seja, os trabalhadores administram diretamente a empresa, a economia e a sociedade, consolidando a democracia real.
- A predominância do bem estar social e da igualdade, sobre o acúmulo de riqueza individual e o lucro.

- A integração entre os diversos continentes buscando a solidariedade entre os povos visando o aumento da qualidade de vida e do consumo para a formação do setor macroeconômico da ES.
- O ser humano é sujeito e finalidade de atividade econômica, e não somente mero gerador de riquezas e capitais para particulares.

2.4 CARACTERÍSTICAS DAS EXPERIÊNCIAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Definir o que são realmente organizações e iniciativas que se inserem no contexto da solidariedade econômica não é tarefa fácil, porém Passos (2007, p.32) sintetiza cinco critérios que contribuem para o melhor esclarecimento da questão:

1. Pluralidade de princípios econômicos: as experiências articulam diferentes fontes de recursos: mercantis (obtidos através da venda ou prestação de serviços intermediados pelo mercado); não mercantis (obtidos através dos subsídios e subvenções oriundos de organizações governamentais e não-governamentais); e não monetários (obtidos através de práticas de ajuda mútua, trabalho voluntário, redes de troca e doações).

2. Autonomia institucional: as iniciativas de ES são independentes de outras instituições o que evita formas de controle externo e possibilitando uma gestão autônoma, não excluindo, porém relações de interdependência de outras organizações.

3. Democratização dos processos decisórios: nessas iniciativas as decisões são coletivas e com base na participação democrática dos associados.

4. Sociabilidade comunitário-pública: As organizações de ES ajustam padrões comunitários e práticas profissionais nas relações.

5. Finalidade multidimensional: As experiências solidárias possuem finalidades econômicas, social, cultural, ecológica e política. Além disso, elas não se restringem apenas a solucionar questões relativas a seus membros, mas também ao território ao qual pertencem.

Passos (2007, p. 33), ainda salienta em seu trabalho que Paul Singer (2000, 2002, 2005) afirma que a autogestão é um elemento fundamental que caracteriza as empresas solidárias. Para definir o termo autogestão, a autora utiliza um conceito de Cançado que a estabelece como uma democratização da gestão, onde as atividades são realizadas conjuntamente e em processos de constante aprendizagem:

[...] autogestão é um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução do trabalho e os meios de produção são coletivos, sendo caracterizado como um processo em constante construção na organização (CANÇADO, 2004, p. 51 apud PASSOS, 2007, p. 35)

2.5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir da década de 1980, com o contexto social e econômico favorável se inicia um processo de institucionalização da ES no Brasil, surgem então várias entidades e movimentos sociais que contribuíram para a construção, desenvolvimento e disseminação das ideias e experiências relativas a essa outra forma de fazer economia centrada no ser humano.

Para enfrentar a precarização das relações de trabalho, a redução dos direitos trabalhistas e os elevados índices de desemprego, de exclusão e desigualdades sociais, agravados nos anos 1990 pelas políticas neoliberais, foi criada, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS surge da “necessidade de constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento, tendo como princípios fundamentais a economia solidária e o desenvolvimento local sustentável” (ADS/CUT, 2004, p. 9), diante das transformações no mundo do trabalho.

A entidade tem como missão fomentar a constituição, o fortalecimento e a articulação de empreendimentos solidários e autogestionários. A geração de trabalho e renda é resultado de um processo de desenvolvimento sustentável e solidário, bem como da formação e da organização socioeconômica e política dos trabalhadores e das trabalhadoras (ADS/CUT, 2004, p. 9).

Em 1991, foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que nasceu a partir de uma experiência em 1991, em Franca, SP, quando uma fábrica calçadista foi à falência. Conjuntamente com o sindicato da categoria, os trabalhadores, com um projeto autogestionário, reabriram a empresa, reiniciando a produção e recuperando postos de trabalho (CARVALHO; COIMBRA, 2012).

A recuperação de empresas pelos trabalhadores foi concebida como uma eficaz resposta para a crise, determinando a configuração dos objetivos e ações da ANTEAG que representa e assessora empresas de autogestão, organiza e orienta a recuperação de empresas em situação falimentar e grupos que pretendem constituir uma empresa autogestionária em diferentes setores da economia (CARVALHO; COIMBRA, 2012, p. 3).

A ANTEAG foi criada como entidade sem fins lucrativos, a partir da dinâmica de ampliação das pautas de luta do movimento sindical, por ex-dirigentes do Sindicato dos Químicos de São Paulo, com apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), de intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza e da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo. Está entre as entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e integra o Conselho Nacional de Economia Solidária

Em seu I Encontro Nacional, realizado no ano de 1994, a ANTEAG estabeleceu como seus objetivos: a) discutir os princípios da autogestão, a viabilidade econômico-financeira, os aspectos jurídicos e a negociação com antigos fornecedores e clientes; b) implementar um projeto educativo pautado na autogestão das empresas; c) discutir o processo de negociação entre os diferentes grupos de trabalhadores existentes no interior da fábrica; e) apurar a tecnologia nas novas empresas (CARVALHO; COIMBRA, 2012, p. 7).

Algumas instituições internacionais também teriam sido importantes para o desenvolvimento da Economia solidária no Brasil, como é o caso da Rede Cáritas Internacional, que abrange a Cáritas Brasileira. Fundada em 1956, é um organismo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e suas ações estariam direcionadas ao fomento às iniciativas de Economia Solidária, segurança alimentar e nutricional e fundos solidários, envolvendo comunidades em situação de risco e afetadas por desastres socioambientais (CÁRITAS BRASILEIRA, 2013).

Em 1998, a CNBB instituiu o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) para atendimento de demandas de projetos sociais. O FNS e os FDS são constituídos com recursos da Coleta Nacional da Solidariedade, ação parte da Campanha da Fraternidade, da CNBB. O objetivo desses fundos seria fomentar o desenvolvimento comunitário com base nas culturas, necessidades e práticas locais em comunidades pobres, priorizando financiamentos a empreendimentos autogestionários e ambientalmente sustentáveis. Funcionariam,

portanto, como instrumento de superação de ações assistencialistas e de emancipação cidadã junto a essas comunidades (CÁRITAS BRASILEIRA, 2013).

Nos anos de 1990, iniciam, em várias universidades, as incubadoras de cooperativas populares. As Incubadoras Universitárias integram uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua para estabelecer nas universidades um centro de ensino, pesquisa e extensão (incubação), ajudando os grupos comunitários a desenvolver coletivamente atividades econômicas. Destas experiências originam-se a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) com mais de 80 universidades filiadas em todo o país e diversos grupos de pesquisa científica (SINGER, 2002).

Nesse entretempo, diversas experiências de empreendedorismo popular se organizam e se multiplicam. Essas experiências organizam-se de diversas formas: organizações coletivas para a constituição de empreendimentos; coletivos de empreendimentos; fóruns; redes; associações. Algumas delas fortemente impulsionados pelos Bancos do Povo, iniciando o estabelecimento do que poderá vir a ser um novo sistema financeiro (SINGER, 2002).

Em janeiro de 2001, realizou-se, no Brasil, o I Fórum Social Mundial (FSM), na cidade de Porto Alegre (RS). Durante o Fórum Social Mundial 2001, constituiu-se o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro), formado por redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário, a saber: rural, urbano, estudantil, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais (FSM 2016).

No final de 2002, o GT-Brasileiro elaborou, aprovou e encaminhou ao Governo de Luís Inácio Lula da Silva, carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Essa carta era um documento de interlocução com o futuro governo. O documento apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

No ano de 2003, fruto da pressão da sociedade civil e da decisão do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criada, no MTE, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio da Lei 10.683/03 e instituída pelo Decreto 4.764/03. A SENAES nasceu com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, regulamentando o fomento

à Economia Solidária com caráter de política pública. Desde então, os instrumentos de institucionalização da política de Economia Solidária no país vêm ganhando força (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

3 FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Os BCDs se caracterizam como formas de Finanças Solidárias e devido a isso, entende-se relevante apresentar a definição de tais Finanças, assim como comentar sobre algumas experiências em Finanças Solidárias, como as Cooperativas de crédito, as OSCIPs de Microcrédito e os Fundos Solidários.

Conforme o Volume 4 do Termo de Referência da Política Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE (2013), as “finanças solidária referem-se a um conjunto de iniciativas cuja a finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas”. Dessa maneira entende-se que as finanças solidárias são o conjunto de serviços e produtos financeiros, executados pelos empreendimentos econômicos ou entidades de apoio e fomento, que cooperam para o crescimento e consolidação da Economia Solidária, auxiliando os empreendimentos, as organizações e os trabalhadores na mobilização, organização e nos investimentos financeiros para que a Economia Solidária prospere.

Para delimitar e definir o conceito de Finanças Solidárias deve-se abordar também o conceito de Microfinanças.

O termo Microfinanças define a oferta de serviços financeiros para a população pobre e excluída do sistema financeiro convencional, se utilizando para isso, de produtos, processos e gestão diferentes (PASSOS, 2007, p. 37). As organizações de Microfinanças são:

Aquelas especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), cooperativas de crédito de pequeno porte, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), bancos comerciais públicos e privados (principalmente através de correspondentes bancários e carteiras especializadas) e fundos institucionais (ALVES; SOARES, 2006, p. 28 apud PASSOS, 2007, p. 37).

Passos (2007, p. 40) defende que o conceito de Finanças Solidárias é um resgate e ampliação do conceito de Microfinanças, estabelecendo formas de democratização do sistema financeiro relacionadas com a ética e com a solidariedade, contribuindo para o desenvolvimento humano completo e sustentável. Ambos os tipos de finanças reforçam o papel fundamental do agente de crédito na relação direta e “amiga” com o cliente. Porém, diferem no fato de que para as

Finanças Solidárias o objetivo final do processo é a rede de consumidores e produtores, chamada de Rede de *Prossumidores* que estão inseridas no território e não apenas no indivíduo cliente do agente de crédito, como no caso das Microfinanças.

Uma terminologia muito utilizada nas Finanças Solidárias é as chamadas Finanças de Proximidade. De acordo com o Termo de Referência da SENAES (2013), elas são muito importantes para a economia do território, pois, mobilizam a poupança, os investimentos e a capacidade de planejamento local auxiliando na geração de renda da população que vive em situação de pobreza na região, representando assim uma maneira de avaliação do desempenho do sistema. Além disso, ela cria “redes que constroem capital social nas áreas em que isso é mais necessário” (SERVON, 1999, p. 12, apud SENAES/MTE, 2013).

Segundo o Termo de Referência da SENAES/MTE, as Finanças Solidárias constituem-se, por excelência, em iniciativas que priorizam as bases territoriais, sendo por isso que o fortalecimento delas a partir das experiências locais tem um papel muito importante para o sucesso das mesmas.

Nas finanças solidárias não é possível entender um indivíduo sem a sua relação como o meio onde vive, o território. É necessário enfatizar as relações de proximidade para a delimitação do território, por isso, a gestão comunitária e associativa das finanças solidárias é uma característica forte para estratégia de prover vínculos nos territórios onde encontram experiências de finanças solidárias (BRASIL/MTE, 2013).

As Finanças Solidárias democratizam tanto o crédito, como à participação no processo econômico, promovendo a inclusão financeira e o desenvolvimento territorial sustentável das comunidades. Essas iniciativas visam a satisfação das necessidades de crédito para a parte da população excluída do sistema de crédito convencional; seja para financiar o consumo, para investimentos na produção ou realização de serviços.

Elas diferem do sistema financeiro convencional pelas regras de acesso e funcionamento que são determinadas solidariamente pela comunidade ou pelos associados, com base em relações de confiança, reciprocidade e proximidade entre os participantes das iniciativas, sem a exigência de garantias reais. Ademais, essas iniciativas visam o bem comum, o desenvolvimento local da região através do estímulo à produção e o consumo de bens e serviços dentro da própria comunidade.

Segundo Coelho (2003, apud PASSOS, 2007, p. 45), no campo das Finanças Solidárias encontram-se os diversos produtos financeiros que podem ser vistos no quadro 1, a seguir:

Quadro1 - Produtos oferecidos por sistemas de Finanças Solidárias

Produto	Descrição
Microcrédito	Experiência mais conhecida, onde se concede créditos individuais ou coletivos de pequeno valor utilizando uma tecnologia creditícia alternativa, baseada no histórico do empreendedor e na capacidade da análise dos agentes de crédito.
Sistemas de garantia de comércio justo	Baseados em cartas de crédito que garantem a produção de uma demanda de longo prazo, permitindo uma relação mais horizontal e relações de poder mais equilibradas no interior da cadeia produtiva e uma negociação transparente entre intermediários e grupos produtivos.
Garantia na formação de grupos de compra solidária	Constituem sistemas de garantia que permitem a realização de compras a prazo, permitindo um acesso ao mercado a preços mais baratos e agilidade na entrega de produtos.
Financeiras populares de capital de risco	Significa investimentos de longo prazo em empreendimentos populares, em geral no que se refere a equipamentos e infra-estrutura, no qual se participa na gestão e da sociedade até um ponto em que se alcance o retorno do investimento.
Seguro e poupança popular	Voltados para as necessidades básicas da população como saúde, educação, habitação ou necessidades imediatas não previstas, como é o caso de auxílio a funeral de parentes, onde as famílias são obrigadas a situações constrangedoras de coleta de recursos.
Sociedades de garantias	Formação de consórcios de instituições de fomento, bancos de desenvolvimento, instituições de microcrédito para alavancar recursos para as instituições de crédito popular.
Cartões de crédito solidários	Utilizados para viabilização de compras e serviços em determinadas redes ou para circulação de moeda no interior no próprio território.
Cheques de serviços de vizinhança	Cheques que contam com parcerias de empresas e governos, a partir do qual se subsidia a utilização de serviços de vizinhanças pelos trabalhadores empregados, integrando oferta e demanda em determinados territórios.

Fonte: Coelho (2003)

3.1 EXPERIÊNCIAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Como já foi dito apenas as instituições de Microfinanças guiadas pela ética e pela solidariedade e que respeitam as características de empreendimentos solidários podem operar as Finanças Solidárias.

Passos (2007, p. 47) se utiliza das discussões da I Conferência Nacional de Economias Solidárias (CONAES) para elencar alguns pontos da Política de Crédito e Financiamento e para destacar os principais atores das Finanças Solidárias. O

texto recomenda que a referida política deva conceder aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) linhas diferenciadas de investimentos (contemplando infraestrutura, capital de giro, capacitação e acompanhamento e assessorias técnico-administrativa, financeira, comercial e outros), sistemas de garantias e condições especiais, prazos maiores, pagamento em moeda e em produtos; além de atentar para as especificidades regionais. O texto também demanda a flexibilização na regulamentação do Microcrédito e a criação de novos fundos para ele com recursos municipais e estaduais, coleta de depósitos à vista, poupança com liquidez plena, ou a captação por títulos de financiamento solidários.

Por fim, o documento estabelece quais formas de Finanças Solidárias devem ser consolidadas para a criação de um Sistema de Finanças Solidárias.

Uma ação voltada à democratização do crédito deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs de microcrédito, os bancos comunitários, as fundações públicas e os fundos públicos de desenvolvimento, além dos fundos rotativos e os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social como formas criativas de lastros. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros (DOCUMENTO..., 2006, p. 19-20 apud PASSOS, 2007, p. 47).

Destacam-se entre as ferramentas das finanças solidárias as Cooperativas de Crédito, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de Microcrédito, os Fundos Rotativos Solidários, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, as Moedas Sociais.

3.1.1 Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, com natureza jurídica civil, sem fins lucrativos, com funcionamento determinado no estatuto, que objetivam a concessão de empréstimos e prestação de serviços aos seus associados.

(PARENTE, 2002 apud PASSOS, 2007, p. 48).

Para Kumar (2004, apud PASSOS, 2007, p. 48) as cooperativas de crédito que atuam no campo das Microfinanças são:

As cooperativas de crédito são instituições financeiras cooperativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, credenciadas e controladas, em grande parte, segundo a lei das cooperativas nacionais e criadas para atender às necessidades de serviços financeiros básicos, principalmente por parte das pessoas de média e baixa rendas [...] Em geral, a possibilidade de se tornar um associado é definida em termos de alguma afiliação em comum, como emprego ou residência. Todos os membros são proprietários da empresa e têm privilégios, oportunidades e responsabilidades iguais. Geralmente, uma cooperativa de crédito só aceita depósitos de e concede empréstimos a associados. Todos os associados são igualmente proprietários da empresa e cada qual tem direito a um voto na eleição dos membros do comitê e da diretoria. Os membros desses organismos eleitos são voluntários que trabalham sem receber honorários (KUMAR, 2004, apud PASSOS, 2007, p. 48).

Parente (2002, apud PASSOS, 2007, p. 49) observa que o fato de as cooperativas de crédito aplicar em seus recursos na economia local é um ponto favorável do empreendimento; porém salienta que o crescimento da mesma causaria um distanciamento de seus associados e um esgotamento da gestão democrática, ocasionando uma limitação de sua atividade.

3.1.2 OSCIP de Microcrédito

São pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e com taxas de juros livres - de acordo com a Medida Provisória (MPv) 2.172-31, reeditada pela MPv 2172-32 de 2001- que devem ter como objetivo social pelo menos uma das finalidades a seguir, conforme na Lei 9790 de 23 de março de 1999

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades: I - promoção da assistência social; II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; V - promoção da segurança alimentar e nutricional; VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII - promoção do voluntariado; VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos

direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo. XIII - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte (BRASIL, 1999).

Essas entidades de Microcrédito (EMCs) oferecem a microempresários empréstimos de pequenos valores com garantias morais ou o chamado “aval solidário”, dado por um grupo de empresários, clientes da mesma EMC, que mantém uns com os outros laços de confiança e ajuda mútua (SINGER, [20--], p. 2).

Porém, mesmo com essas facilidades de crédito (Microcrédito governamental, ONGs e OSCIPs) os mais pobres não conseguem se adequar aos padrões operacionais delas, tornando-se necessárias outras formas de Finanças Solidárias.

3.1.3 Fundos Solidários

Também chamados de Fundos Rotativos, eles funcionam como uma poupança comunitária com aplicação de recursos na comunidade para financiamento de projetos que gerem emprego e renda.

De acordo com Passos (2007, p. 51), os fundos se distinguem pela devolução dos recursos, que podem ser: integral ou parcial, monetária ou em produtos e serviços; através de práticas de troca; fazendo uso de moeda social, etc.

Conforme define a Cáritas Brasileira, o Fundo Rotativo Solidário:

São fundos destinados ao apoio a projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços e das necessidades básicas dos grupos envolvidos. Por meio dos Fundos Rotativos Solidários, investem-se recursos monetários ou não monetários na comunidade, através de apoio a projetos, podendo ser devolutivos ou não, e quando exige a devolução, os prazos de reembolsos são mais flexíveis e mais adaptados às condições das famílias. O apoio pode ser em dinheiro, em produtos ou em serviços. O acesso é facilitado o que democratiza o crédito, além de estimular o desenvolvimento local. (CÁRITA BRASILEIRA. Disponível em: <<http://caritas.org.br/fundos-solidarios>>. Acesso em: 24 abr. 2017).

Os recursos dos fundos são financiados por organismos internacionais, governos federal, estaduais e municipais ou pela comunidade. Sendo que os

recursos aplicados não são reembolsáveis e não é obrigatório fazer a devolução dos valores.

Os fundos podem ser gerenciados por várias organizações, como ONGs, Fundações, OSCIPs, associações e cooperativas de crédito, entre outros.

O fundo é “Solidário” porque suas concessões são baseadas nas relações de proximidade e confiança e, “rotativo” porque ele pode ser emprestado a outros integrantes da comunidade após a devolução.

Segundo Passos (2007), no Seminário Nacional sobre Fundos Solidários foi entregue ao Governo Federal uma carta defendendo a criação de um fundo nacional para essas experiências.

4 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, apresenta-se o conceito de BCD e as características específicas dessas experiências em Finanças Solidárias. Além disso, descreve-se o marco teórico-analítico que fundamenta a criação dos BCDs, bem como são analisadas as formas de sustentabilidade de tais experiências. Na sequência é feita uma discussão sobre o papel de tais bancos na Economia Solidária, bem como os desafios que essas experiências encontram no desempenho desse papel. E por fim, nas últimas seções apresenta-se uma breve evolução dos BCDs desde seu surgimento, além de algumas experiências brasileiras com BCD.

4.1 CONCEITO DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Conforme definem França Filho e Silva Jr. (In: CATTANI, 2009, p. 31), no Dicionário Internacional da Outra Economia, os BCD são experiências das finanças solidárias que apoiam as economias populares localizadas em territórios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Eles operam com quatro núcleos de ações: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. Os BCDs participam da atividade de ES, seja atuando nos Fóruns regionais e nacionais, seja na constituição da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Os BCDS são prestadores de serviços financeiros de natureza comunitária, organizados de maneira associativa com o intuito de organizar e impulsionar a economia do território, gerando trabalho e renda de forma a valorizar as pessoas tirando-as da pobreza e contribuindo para sua subsistência; conforme o conceito formulado e aprovado pelo Instituto Banco Palmas no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários em 2007, no Ceará:

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares. (Instituto Banco Palmas)]

Passos (2007, p. 62) fragmentou o conceito para melhor esclarecimento do seu significado. Para a autora:

1. **“Serviços financeiros solidários”**- São serviços que incluem concessões de crédito, serviços bancários, seguros e poupança baseados na ética e na solidariedade.

2. **“Em rede”** - Representa um conjunto de pessoas ou organizações, articulados de maneira democrática e participativa almejando objetivos comuns de produção e consumo que propiciem o bem estar de cada um de forma sustentável.

3. **“Natureza associativa e comunitária”** - É evidenciada nos laços sociais que se estabelecem no desenvolvimento das atividades do banco e também na relação direta com o território e com os problemas da comunidade onde está inserido.

4. **“Voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais”**- O BCD se refere ao desenvolvimento local em diversas dimensões, com o intuito de fomentar a economia local (microcrédito, moeda social circulante local, clubes de troca, feiras, balcão de emprego, etc...).

Ainda de acordo com Passos (2007, p. 64), os BCDs são sustentados pelo tripé: **“gestão comunitária, sistema integrado de desenvolvimento e a moeda social circulante”**, que indicam particularidades das organizações.

Além da autogestão, observa-se na gestão comunitária a participação de toda a comunidade na gestão do banco, definindo assim, as estratégias e controle das ações do banco. Eles são geridos por associações ou fóruns locais e não possuem personalidade jurídica própria.

Já o sistema integrado de desenvolvimento, para a autora, diz respeito às várias maneiras que o BCD contribui para o desenvolvimento do território, atendendo a um público específico (os pobres) de um local específico (a comunidade). Ainda segundo a autora: “Aqueles que acessam os serviços do banco passam a integrar uma rede local de produção e consumo, sendo essa articulação o que caracteriza uma rede solidária” (PASSOS, 2007, p. 65). Nas operações de Microcrédito que financiam o consumo e a produção, os juros cobrados estão abaixo dos praticados no mercado; nos empréstimos em moeda social não há cobrança de juros; as taxas administrativas ficam entre 1% a 3% (muito baixos). Não ocorre a consulta aos órgãos de proteção como Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Serasa, Cadastro de Inadimplência (CADIN); o sistema de fiança é o chamado aval

solidário que consiste na responsabilização conjunta dos vizinhos e pessoas da comunidade pelo crédito, pois no caso de um calote todos são prejudicados. Nesse sistema de garantia e controle regrados por relações de confiança mútua, em que o agente de crédito do banco consulta as referências do cliente na rede da vizinhança da comunidade, ocorre também a cobrança do crédito por meio de um sistema de controle social, onde os próprios moradores exercem uma pressão moral sobre os demais.

O agente de crédito nesse sistema também tem função fundamental na dinâmica do banco, ele assessora e orienta o “antes, o durante e o depois” do crédito, ou seja, ele avalia se o valor solicitado para empréstimo contribui para o desenvolvimento local, orienta o potencial produtivo do empreendimento e por fim a aplicação efetiva dos recursos.

Passos (2007, p. 65) destaca algumas exigências feitas pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários para que o sistema de crédito funcione satisfatoriamente nos BCD. Entre as exigências, está o Sistema de Juros Evolutivos (quanto maior o crédito, maior a taxa de juros), considerando-se a distribuição de renda, a devolução obrigatória dos recursos emprestados, possibilitando assim, a manutenção do fundo de crédito.

Por fim, a autora acentua a importância da moeda circulante para a promoção do desenvolvimento econômico local; tal moeda garante que a riqueza seja gerada na comunidade, pois a mesma circula apenas no local. Para ela, a moeda “pode desempenhar a função de instrumento de troca em uma feira solidária, ou ir além, fazendo com que os recursos “circulem” localmente, gerando emprego e renda, e beneficiando os produtores locais” (PASSOS, 2007, p. 66). A moeda circulante local deve possuir um lastro em real (R\$), ou seja, para cada unidade monetária social circulando no mercado local, o banco deve manter em caixa R\$ 1,00, dessa forma o BCD deve disponibilizar um sistema de câmbio, para que, quando necessário, o cliente possa trocar as suas moedas (moeda social circulante em Reais e vice-versa).

Conforme França Filho e Silva Jr (In: CATTANI, 2009, p. 31), devido à preocupação dos BCDs com o território ao qual pertencem (comunidade, bairro, pequeno município, etc.), ocorrem o investimento direcionado na capacidade local, financiando e orientando a criação de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços, assim como o consumo na região; construindo, dessa forma,

uma rede local de economia solidária chamada rede de prossumidores, que associa produtores e consumidores por meio do estabelecimento de canais próprios de relações de trocas dentro da comunidade.

Ainda segundo os autores, para que um BCD seja criado o requisito básico é a mobilização endógena do território, ou seja, o desejo no interior da comunidade, mesmo que haja estimulação de alguns agentes externos para que a experiência se consolide. Assim, para o sucesso do BCD deve existir a disponibilidade dos seguintes aspectos:

Capital financeiro para o fundo de crédito; recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco; organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc.) que possa assumir a gestão do banco; pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito e gerente de crédito; e assessoramento para assimilação da tecnologia pela comunidade (FRANÇA FILHO; SILVA JR., In: CATTANI, 2009, p. 32).

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

As características específicas que distinguem os BCDs das demais instituições que operam com o microcrédito, segundo Rede (2006, apud SILVA JUNIOR; CALOU; GONÇALVES, 2008) são:

i) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas e microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local - cartão de crédito e moeda social circulante local- que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local.

Além dessas características, podem-se enumerar outras que também auxiliam na distinção dos Bancos Comunitários dos demais:

- Pertencem à comunidade, que atua como gestora e proprietária do empreendimento;
- Atuam com uma linha de crédito em reais e outra em moeda social circulante;

- Promovem o desenvolvimento endógeno do território através da criação de uma rede local de produção e consumo;

- Atuam em territórios com elevado nível de exclusão e desigualdade social,
- Apoiam feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros voltados ao consumo;

- Destina-se às pessoas com alto grau de vulnerabilidade social, principalmente os beneficiários de programas sociais do governo;

- Subsídios pelas suas práticas de utilidade social.

- Esses empreendimentos solidários são gerenciados por organizações de caráter comunitário (associações, fóruns, conselhos) e outras organizações ou instituições voluntárias que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, Igrejas). Para isso, é constituída uma equipe de coordenação executiva no interior da organização, que se baseia na democracia direta para manter o controle social local.

- Os serviços oferecidos pelo BCD promovem a inclusão da população excluída dos serviços bancários tradicionais, seja por falta de garantias reais, de renda comprovada, ou até mesmo por inexistência de outras instituições bancárias comerciais nas comunidades. A maioria dos BCD oferecem os serviços de:

- Moeda social circulante;
- Crédito para produção e consumo sem juros em moeda social, ou a juros baixos em moeda oficial;

- Cartão de crédito popular solidário;

- Abertura e depósito em conta corrente;

- Saque avulso ou com cartão magnético (disponível em algumas experiências);

- Recebimento de títulos;

- Recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc.)

- Pagamentos de benefícios.

4.3 MARCO TEÓRICO-ANALÍTICO PARA A CRIAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Conforme França Filho (In: SILVA JUNIOR, 2008), os fundamentos para esses tipos de serviços solidários que lhes conferem originalidade nesse campo de atuação são: a construção conjunta de oferta e demanda e a hibridação de economias.

I - A construção conjunta da oferta e da demanda:

Como as atividades dos bancos comunitários envolvem moradores de um mesmo espaço territorial que buscam soluções concretas para seus problemas socioeconômicos cotidianos, criam-se então atividades sócio-produtivas ou os serviços são ofertados em função das demandas locais:

A ideia é de estimular no território um circuito integrado de relações (de comercialização) envolvendo produtores e/ ou prestadores de serviços em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços. (FRANÇA FILHO, In: SILVA JUNIOR, 2008, p.118).

Dessa maneira, neste tipo de economia a autorregulação do mercado e a competição deixam de ser importantes; ao invés disso assume importância a livre associação entre produtores e consumidores (rede de prossumidores) ou prestadores de serviços e usuários, os quais decidem democraticamente sobre a oferta de produtos e serviços em função das demandas por eles criados. Ainda, segundo França Filho (2008, p. 118), isto ocorre:

(...) porque o objetivo da rede é a ruptura com a dicotomia habitual (em regimes de mercado supostamente auto-regulado) entre a produção e o consumo (pelos seus efeitos danosos muitas vezes em termos sociais...) e o estímulo a livre associação entre produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários), permitindo a afirmação do conceito de prossumidores.

II - A hibridação de economias:

Como já foi detalhado anteriormente, com o rearranjo do princípio do mercado autorregulado, da redistribuição, da domesticidade e da reciprocidade, a Economia

moderna pode ser resumida de três formas: i) Economia mercantil: fundada no mercado autorregulado. É um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária; ii) Economia não mercantil: fundada na redistribuição. É marcada pela verticalização das relações e pela obrigatoriedade da troca, com a figura do Estado (ator central) apropriando-se dos recursos e fazendo a distribuição; iii) Economia não monetária: fundada, sobretudo, na reciprocidade. É marcada pela circulação dos bens de modo horizontal que vai além da satisfação utilitária das necessidades, trata-se, sobretudo de fazer com que os laços sociais sejam duradouros.

A dinâmica dos BCD combinam diferentes lógicas na sua ação, seja pela natureza dos serviços prestados e também pelas diversas fontes de captação de recursos.

A relação dos princípios econômicos com os serviços prestados fica mais bem esclarecida no quadro abaixo:

Quadro 05 – Hibridação de Princípios Econômicos nos Bancos Comunitários

<i>Hibridação de Princípios Econômicos</i>	ECONOMIA MERCANTIL
	Fundada no princípio do mercado autorregulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro utilitário. Nos Bancos Comunitários assistimos este princípio em alguns empréstimos para produção ou o uso da moeda social para compra de bilhetes de passagens para o transporte coletivo.
	ECONOMIA NÃO MERCANTIL
	Fundada no princípio redistribuição. É marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los a população na forma de serviços públicos. Este princípio se materializa por meio de uma atuação redistributiva dos Bancos Comunitários, quando emprestam a juros subsidiados ou quando se propõem a executar ações de cunho mais assistencial.
	ECONOMIA NÃO MONETÁRIA
	Fundada, sobretudo na reciprocidade. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais, através de uma relação que privilegia a domesticidade, a vizinhança e o valor do laço em detrimento do valor do bem. Encontra-se esta economia, identificada no Banco Comunitário, através do seu modelo de garantia e controle social nos empréstimos ou no uso da moeda social fundamentada nas relações de confiança.

Fonte: Adaptado de França Filho (In: SILVA JUNIOR, 2008).

De acordo com Mance (2005), para que a ES se fortaleça e atinja seus objetivos deve ser constituída uma rede de colaboração solidária, que para o autor, integra grupos de consumidores, de produtores e prestadores de serviços na mesma organização onde:

O seu *objetivo principal* é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Essas práticas enfatizam a participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano e da equidade de gênero, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Enfim, operam sob formas de colaboração solidária (MANCE, 2005, p. 2).

Dessa forma, o BCD deve ser percebido como um componente fundamental de uma rede local de Economia Solidária, sendo ele próprio um instrumento do desenvolvimento local.

A constituição de uma rede, para o autor, deve partir da realidade local fazendo, para isso, um levantamento das demandas de consumo final e das atividades locais produtivas que satisfaçam tal demanda.

As condições que tornam efetivamente viáveis essas redes solidárias são:

i - A multiplicação do consumo solidário. O consumo solidário é aquele que prioriza os produtos elaborados nas Redes de Colaboração Solidária, garantindo dessa forma, o bem viver de todos os envolvidos;

ii - O reinvestimento do excedente na própria rede para gerar novos empreendimentos solidários, criando novos postos de trabalho e aumentando a oferta de produtos e serviços;

iii - A colaboração solidária entre os participantes, articulando processos colaborativos de financiamento, produção, comercialização, consumo, e assim, fortalecendo as práticas de economia solidária em seu conjunto.

Mance enfatiza que:

Não basta apenas boa-vontade e solidariedade para que a economia solidária possa florescer. Ela é igualmente uma *atividade econômica* e, como tal, requer um adequado tratamento dos fatores produtivos e de gestão empresarial, assegurando-se a qualidade dos produtos e serviços, ajustando-se adequadamente o custo e o preço das mercadorias, projetando-se corretamente o Plano de Negócio de cada empreendimento para que gere algum excedente a ser solidariamente compartilhado e se mantenha sustentavelmente, operando com uma boa logística de distribuição e comercialização, potencializando o consumo solidário (MANCÉ, 2005 p. 5).

4.4 SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

O termo sustentabilidade relaciona-se com a noção de sobrevivência, de manutenção e de conservação; ele também se relaciona com a articulação de aspectos econômicos sociais, culturais e ambientais, buscando suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras.

Para analisar a sustentabilidade dos empreendimentos solidários toma-se como referência, principalmente, a obra de Reis (2005) que também foi utilizada no II Encontro da Rede. Para Reis, como na Economia Solidária, lógicas distintas estão convivendo entre si, contribuindo para a continuidade das organizações e firmando-a como uma economia plural, dessa forma a sustentabilidade nesses empreendimentos levam em consideração aspectos econômicos, políticos e sociais.

Já no que se refere à sustentabilidade na dimensão econômica dos BCD, ela está retratada na hibridação das diferentes economias (mercantil, não mercantil e não monetária) articulando diferentes fontes de geração e captação de recursos para os seus fundos de crédito. Assim, França Filho salienta:

É assim que a sustentabilidade neste tipo de iniciativa articula diferentes fontes de geração e captação de recursos (consubstanciado na idéia do fundo solidário de investimento comunitário): mercantil, pela venda de produtos ou prestação de serviços; não mercantil, através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas governamentais e não-governamentais; e não monetário, através de contribuições voluntárias, de dívidas e de outras formas de ação solidária como o próprio voluntariado (dívida de si mesmo e de seu tempo) (FRANÇA FILHO, In: SILVA JUNIOR, 2008, p.122).

Os recursos financeiros dos BCDs advêm de recursos públicos que são captados devido à sua utilidade social e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Esse fundo é constituído por meio de várias fontes, desde

mutirões realizados na comunidade (venda de materiais recicláveis, doações de pessoas físicas ou jurídicas, rifas, etc.), à divisão em cotas por associados, à prestação de serviços mercantis sem fins lucrativos e outros tipos de prestação de serviços.

Já a dimensão política da sustentabilidade, segundo Reis (2005, p.112) se relaciona com a formação política da organização, tanto interna como externamente. No âmbito interno, analisam-se o grau de democracia interna e o grau de comprometimento, sendo estes baseados na participação democrática dos membros na gestão, que pode contribuir positivamente para a sustentabilidade. Isso ocorre na medida em que implica uma motivação e um empenho maior dos indivíduos, produzindo resultados benéficos tanto para a economia quanto à qualidade de vida dos trabalhadores.

Externamente, essa sustentabilidade é mensurada por três critérios: a existência de ação pública, o nível de articulação em redes, e o grau de autonomia institucional. A existência de ação pública significa que a organização internaliza, além da dimensão econômica, uma dimensão social, cultural, ecológica e política, num mesmo espaço público, refletindo as relações entre as iniciativas e a comunidade, a sociedade ou com o mundo que a cerca. Dessa forma, obtêm-se, em contrapartida, a cooperação direta ou indireta da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade da experiência.

Já a articulação em redes, segundo a autora, é muito importante para a análise da sustentabilidade, pois o sucesso e a sobrevivência do empreendimento solidário dependem da sua capacidade de estabelecer parcerias e articulações entre as organizações (sindicatos, ONGs, fundações e outras organizações alternativas), e os consumidores, formando uma rede solidária de ajuda mútua. Outro critério que influencia a sustentabilidade é a autonomia institucional, que significa a não subordinação ao controle de outras instituições e a gestão própria e independente. Ela não exclui a possibilidade de parcerias ou sistema de cooperação, desde que a autonomia – relacionada à autogestão e poder de decisão nos diversos assuntos – seja preservada. A autonomia interfere na sustentabilidade das organizações à medida que a sua falta influencia nas decisões internas e no funcionamento das organizações. Reis ressalta que:

A autonomia também tem relação com a dependência do empreendimento em relação aos recursos externos e o papel do financiador na gestão do empreendimento e nas suas decisões. O apoio externo, diante da fragilidade dos empreendimentos, muitas vezes é fundamental para a o seu surgimento, para a sua existência e para que percorram o longo caminho em busca da sustentabilidade (REIS, 2005, p. 118).

Analisando as experiências solidárias e associativas percebe-se que elas possuem uma existência frágil na medida em que dependem do apoio externo para sua criação ou manutenção, podendo reproduzir no interior do empreendimento, relações que reforçam antigos e novos laços de dependência.

Para o entendimento da dimensão social da sustentabilidade dos empreendimentos da Economia Solidária, analisa-se a construção do vínculo associativo que influencia na sustentabilidade, levando em conta dois indicadores: o padrão de sociabilidade e o grau de coesão social. Para Reis (2005, p. 112), o padrão de sociabilidade interfere na sustentabilidade de forma paradoxal, na medida em que se verifica uma influência positiva do vínculo pessoal no empreendimento, mas, por outro lado, esse tipo de vínculo pode minar a sustentabilidade do empreendimento, conforme a autora explica:

Um tipo de vínculo pessoal pode, por um lado, ser a motivação necessária para que as pessoas façam parte do empreendimento e estejam engajadas na busca da sustentabilidade. Por outro, pode comprometer a sustentabilidade do empreendimento pela falta de profissionalismo dos seus integrantes, o que é possível observar através de fatores como baixa produtividade, falta de assiduidade, alto nível de absenteísmo, falta de participação, etc. (REIS, 2005, p. 112).

Já em relação à coesão social, verifica-se que os grupos mais coesos esforçam-se mais no trabalho e na busca pelos objetivos do grupo, influenciando positivamente a sustentabilidade dos empreendimentos, pois aumenta a comunicação e a participação entre os membros, a produtividade e a satisfação; por outro lado, grupos que apresentem uma coesão baixa podem influenciar negativamente na dinâmica organizacional e na busca pela sustentabilidade.

4.5 O PAPEL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste estudo, compreendem-se BCD como dinamizadores e aceleradores do desenvolvimento territorial ao “articular, simultaneamente, produção, comercialização, financiamento e formação cidadã” (FRANÇA FILHO; SILVA JR., In: CATTANI, 2009, p. 33). Tais bancos possuem uma utilidade social ou comunitária, pois são iniciativas sem fins lucrativos, que visam o desenvolvimento da comunidade em que estão estabelecidos através da autogestão exercida pelos moradores e na oferta de produtos e serviços diretamente vinculados às necessidades da população.

A inserção dessas experiências em finanças solidárias nas comunidades pobres possui o objetivo de promover o desenvolvimento local na medida em que organiza e associa produção, consumo e prestação de serviços, promovendo ações que ampliam as capacidades necessárias para o desenvolvimento territorial.

Tais bancos também são espaços de experimentação e aprendizagem, de construção coletiva, superando os desafios, concedendo afirmação e autonomia para os moradores das comunidades e modificando a visão deles quanto ao seu papel como cidadão e suas perspectivas de futuro.

A introdução de um banco comunitário e moeda social em um território marcado pela vulnerabilidade e risco social, podem ser consideradas, uma inovação social que visa o desenvolvimento local através da prestação de serviços financeiros oferecidos a sua população, organização e fortalecimento da produção e consumo, conhecimento, expansão de capacidades locais e empoderamento dos habitantes das comunidades onde se encontram (RAPOSO; FARIA, 2015, p. 553).

Através do que foi exposto, observa-se então, que o papel dos BCDs é contribuir para uma nova economia centrada no ser humano e na importância de seus vínculos sociais.

4.6 DESAFIOS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Apesar do reconhecimento das atividades dos BCDs pela SENAES e da Constituição Federal reconhecer a inclusão econômica, financeira, bancária e social como um direito de todos - conforme o art. 3º e a Lei 4595 - Capítulo II, art. 3º - até o presente momento, não existe ainda no Brasil um marco legal regulatório dos BCDs.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Capítulo II Do Conselho Monetário Nacional- Art. 3º A política do Conselho Monetário Nacional objetivará: I - Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento; II - Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais; III - Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira; IV - Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional; V - Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos; VI - Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; VII - Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa (BRASIL, 1964).

Segundo Frizon, Carvalho e Zanin (2015, p. 707), desde 2007 encontra-se em tramitação o projeto de Lei Complementar 93/2007 que estabelece a criação dos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário e do Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias. Tais regulações são muito importantes para o fortalecimento e para a potencialização dos BCDs, pois permitiriam o reconhecimento institucional sobre as políticas públicas da economia solidária e tornariam as experiências com ela menos suscetíveis às conjunturas políticas.

Mesmo os BCDs tendo peculiaridades e realidades diferentes, as dificuldades que eles apresentam são muito parecidas, conforme descreve Silva Junior (2007):

[...] percebemos que estas [dificuldades] são comuns a todos [os bancos comunitários analisados] e podem ser elencadas assim: 1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos); 2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos); 3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais); 4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação) (SILVA JR, 2007 apud FRIZON; CARVALHO; ZANIN, 2015, p.707).

Dessa forma, observa-se que os BCDs carecem de um programa de formação de gestores públicos para desenvolver as experiências, buscando assim, as capacitações necessárias para organizar-se junto à comunidade, captar recursos

iniciais através de parcerias públicas e privadas, além de manter a sustentabilidade de tais experiências depois de findos esses apoios e recursos iniciais.

4.7 SURGIMENTO E EXPANSÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

As experiências dos BCDs têm início em 1998, com a implantação do Banco Palmas, no Conjunto Palmeira em Fortaleza/CE. Nos anos seguintes, inspiradas nele, outras experiências foram surgindo no Brasil.

Em 2003, foi criado o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, com o objetivo de difundir as práticas de Economia Solidária e disseminar a metodologia do Banco Palmas através de palestras, oficinas e do assessoramento técnico (RAPOSO; FARIA, 2015; PASSOS, 2007). Inicialmente, a reprodução da metodologia ocorreu no Estado do Ceará (CE). Em 2004, surge no município de Paracuru (CE), o segundo BCD denominado Banco PAR.

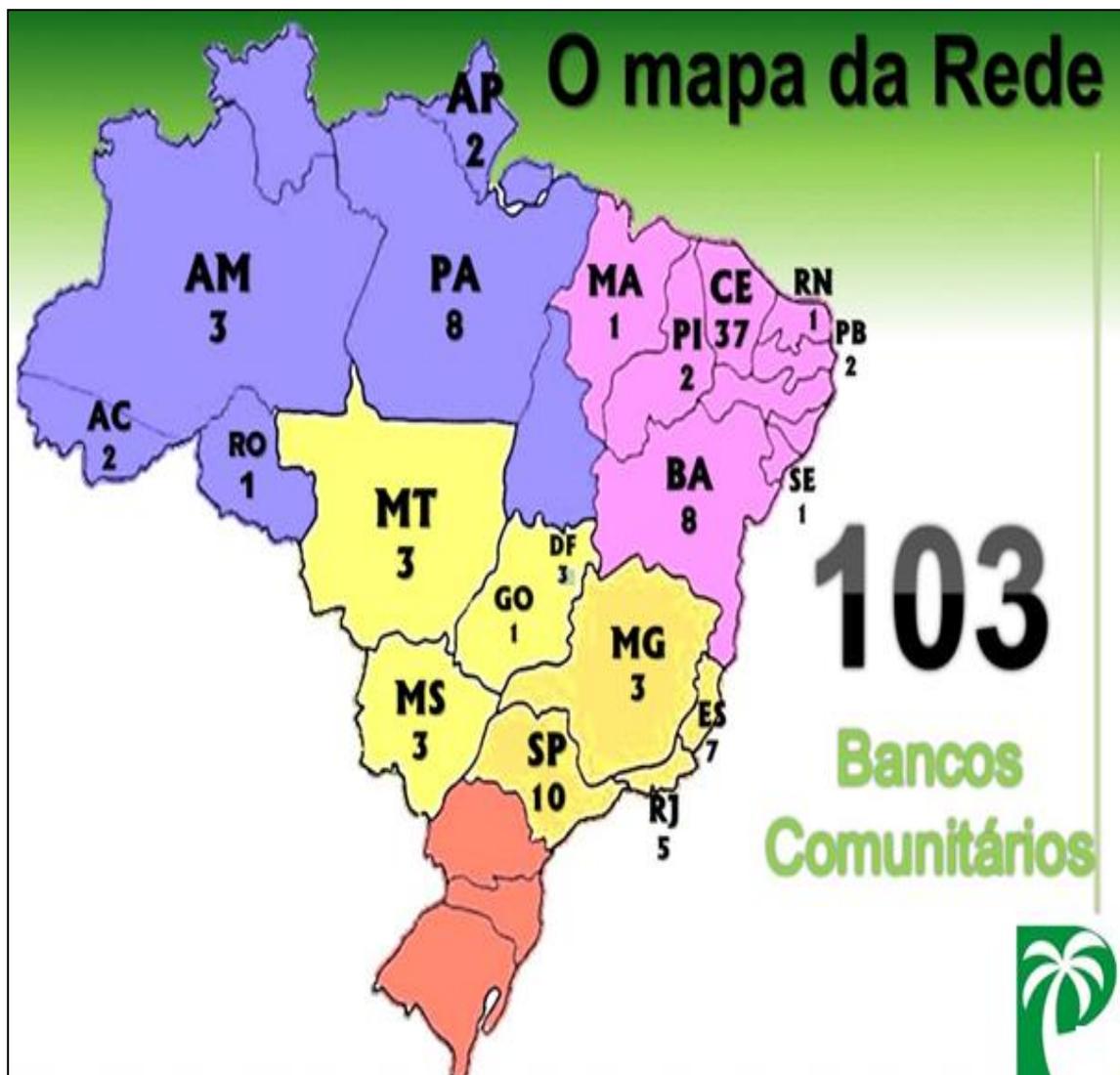
Em 2005, sob a orientação da SENAES/MTE, o governo brasileiro investiu no Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, proposto pelo Instituto Palmas. Dessa forma, a SENAES/MTE e o Instituto disseminaram a metodologia para outros municípios, fundando, no Espírito Santo, o Banco BEM e o Banco Terra, nos municípios de Vitória e Vila Velha, respectivamente. No Ceará, foram fundados o Banco Serrano e o Banco Bassa, nos municípios de Palmácia e Santana do Acaraú, respectivamente.

Segundo França Filho e Silva Jr. (In: CATTANI, 2009, p. 33), o projeto ampliou as parcerias e dinamizou os esforços para fazer com que os BCDs se tornassem uma referência de política de fomento à geração de trabalho e renda; ele também incentivava a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Em 2006, o Banco Popular do Brasil (subsidiário do Banco do Brasil) fez-se parceira às iniciativas dos BCDs. Frente à inexistência de um marco legal do governo garantidor de recursos para o fundo de crédito dos bancos; essa instituição garantia o aporte de recursos financeiros para a constituição de tal fundo.

Em 2006, com várias experiências já implantadas pelo país, forma-se, então, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, no Brasil em 2014 existiam 103 BCDs distribuídos em 20 Estados.

Sendo 25 experiências na região Sudeste; 16 experiências na região Norte; 10 experiências na região Centro-Oeste e 52 experiências na região Nordeste, sendo a maioria dela no Estado do Ceará (37 BCDs), berço do pioneiro Banco Palmas, conforme mostra o mapa 1 abaixo. Na região Sul, neste ano, ainda não haviam experiências; porém no ano passado - em 2016 – foram inaugurados dois BCDs na cidade de Porto Alegre, com o apoio da Incubadora Universitária da UFRGS e de associações comunitárias.

Mapa 1- Mapa da localização dos Bancos Comunitários no Brasil



Fonte: Instituto Banco Palmas.

O aumento do número de BCDs no Brasil ocorreu devido à incorporação das finanças solidárias nas políticas governamentais, também à atuação da SENAES que presta assistência técnica na criação dos mesmos.

Pode ser observada também nos últimos anos, a expansão das políticas federais referentes à economia solidária. Dentre as principais ações, encontram-se o termo de cooperação entre o MTE e o Banco Central visando garantir o reconhecimento dos BCDs no apoio e fomento das finanças solidárias (2013), além do lançamento de editais (2010) para o fortalecimento de tais bancos.

A seguir, também de acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, apresentam-se os Quadros 2, 3 e 4 com todas as experiências dos BCD listadas por Estado, Município e bairro de localização, assim como o respectivo nome de cada Banco no Brasil.

Quadro 2 - BCD da região Norte

REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO (BAIRRO)	MUNICÍPIO	NOME DO BANCO
NORTE	PARÁ	Santa Izabel (Carapuru)	Santa Izabel	Rio Carapuru
		Ananindeua (Paar)	Ananindeua	Paar
		Curralinho	Curralinho	Rio Canaticú
		Muaná	Muaná	Pracaubense
		Belém (Mosqueiro)	Belém	Tupinambá
		Belém (Outeiro)	Belém	Caratateua
		Belém	Belém	Cajueiro
		Belém (Castanheira)	Belém	Castanheira
		Santo Antonio do Taua	Santo Antonio do Taua	Tauense
		Igarapé- Miri	Igarapé- Miri	Miri
		Jacunda (Alto Paraíso)	Jacunda	Paraíso
		Marituba (Marituba 1)	Marituba	Mari
		ACRE	Rio Branco (Vitória)	Rio Branco
	Rio Branco (Triângulo Novo)		Rio Branco	Triângulo
	AMAPÁ	Macapá	Macapá	Fazendinha
		Laranjal do Jari (Centro)	Laranjal do Jari	Farol
	RORAIMA	Guajará- Miri (Cerraria)	Guajará- Miri	Pérola do Mamoré
	AMAZONAS	Manaus	Manaus	Colonial
		Barreirinha	Barreirinha	Ariramba
		Boa Vista do Ramos	Boa Vista do Ramos	Boa Vista do Ramos
		Manaus	Manaus	Nova Aliança
		Manaus	Manaus	Mauá
		Manaus	Manaus	Poraque
Manaus (Morro da Liberdade)		Manaus	Conquista	
Manaus (Colônia Antônio Aleixo)		Manaus	Liberdade	
Parintins (São Benedito)		Parintins	Parintins	

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Instituto Banco Palmas.

Quadro 3 - BCD da região Nordeste

REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO (BAIRRO)	MUNICÍPIO	NOME DO BANCO
NORDESTE	BAHIA	Cachoeira	Cachoeira	Cidadania Quilombola
		Cairu	Cairu	Casa do Sol
		Canavieiras	Canavieiras	Resex
		Ouriçangas	Ouriçangas	Fonte de Agua Fresca
		Salvador	Salvador	Guine
		Simões Filho	Simões Filho	Ecoluzia
		São Francisco do Conde	São Francisco do Conde	Ouro Negro
		Vera Cruz	Vera Cruz	Ilha Mar
		Camaçari	Camaçari	Abrantes
	SEGIPE	Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros	Dunas
	PARAÍBA	João Pessoa	João Pessoa	Jardim Botânico
		João Pessoa (São José)	João Pessoa	Muçubank
	RIO GRANDE DO NORTE	São Miguel do Gostoso	São Miguel do Gostoso	Banco Solidário do Gostoso
	PIAUI	São João do Arraial	São João do Arraial	Cocais
		Pedro II	Pedro II	Rede Opala
	MARANHÃO	Alcântara	Alcântara	Quilombola
		Acarape	Acarape	Vale Acarape
	CEARÁ	Acarau	Acarau	Dunas
		Beberibe	Beberibe	Bandesb
		Caridade (Campos Belos)	Caridade	Pe Quiliano
		Cascavel	Cascavel	Bandesc
		Caucaia	Caucaia	Potira
		Choró	Choró	Sertanejo
		Chorozinho	Chorozinho	Rio Choro
		Fortaleza (Pirambú)	Fortaleza	Pirambu
		Fortaleza (Granja Portugal)	Fortaleza	Rio Sol
		Fortaleza (Conj Palmeiras)	Fortaleza	Palmas
		Fortaleza (Sitio São João)	Fortaleza	
		Fortaleza (Edson Queiroz)	Fortaleza	Dende Sol
		Ibaretama	Ibaretama	Serra Azul
		Iraçuba	Iraçuba	Bancart
		Iraçuba (Cruzeiro)	Iraçuba	Amizade
		Iraçuba (Juá)	Iraçuba	Juazeiro
		Itaitinga	Itaitinga	Itasol
		Itarema (Almofala)	Itarema	Tremembé
		Juazeiro do Norte (Timbaúbas)	Juazeiro do Norte	Timbaubas
		Madalena (Macaoca)	Madalena	Bansol
		Maracanaú	Maracanaú	Paju
		Maracanaú (Jereissati)	Maracanaú	Jaçana
		Maranguape	Maranguape	Empreendedores
		Maranguape (Itapebussu)	Maranguape	Itapebussu
		Mauriti	Mauriti	Buriti
		Monsenhor Tabosa	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas
		Ocara	Ocara	Ocards
		Pacatuba	Pacatuba	Pacatubano
		Palhano	Palhano	Artpalha
		Palmácia	Palmácia	Serrano
Paracuru		Paracuru	Par	
Paramoti		Paramoti	Frei Diogo	
Quixadá		Quixadá	Quixadá	
Tamboril		Tamboril	Feiticeiro	
Tauá	Tauá	Qinamuiu		

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Instituto Banco Palmas

Quadro 4 - BCD das regiões Centro oeste e Sudeste

REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO (BAIRRO)	MUNICÍPIO	NOME DO BANCO
CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	Cidade Estrutural	Cidade Estrutural	Estrutural
		Itapõa	Itapõa	Itapõa
		Planaltina (DF)	Planaltina (DF)	Planaltina
	GOIAS	Iporá	Iporá	Pequi
	MATO GROSSO DO SUL	Ponta Porã	Ponta Porã	Ita
		Dourados	Dourados	Pirê
		Anastácio	Anastácio	Pantanal
	MATO GROSSO	Rondonópolis	Rondonópolis	Cerrado
		Alta Floresta	Alta Floresta	Raiz
		Serra (Jacaraípe)	Serra	Mar
SUDESTE	ESPÍRITO SANTO	Serra (Planalto Serrano)	Serra	Abraço
		Serra (central Carapina)	Serra	Passarela
		Serra (Vila Nova de Colares)	Serra	Viver
		Vitória (Nova Palestina-São Pedro)	Vitória	Puã
		Cariacica (Vista Dourada)	Cariacica	Sol
		Vitória (São Benedito)	Vitória	Bem
		Pedro Canário - Cristal do Norte	Pedro Canário	União
		Cariacica (Nova Rosa da Penha II)	Cariacica	Esperança
		Vila Velha (Ataíde)	Vila Velha	Verde Vida
		Vila Velha (Terra Vermelha)	Vila Velha	Terra
	SÃO PAULO	Carapicuíba	Carapicuíba	Tonato
		São Paulo (Inácio Monteiro)	São Paulo	Paulo Freire
		São Paulo (Jardim Apuanã))	São Paulo	Apuanã
		São Paulo (Jardim Gonzaga)	São Paulo	Nascente
		São Paulo (Jardim São Luís)	São Paulo	Autogestão
		São Paulo (Jardim Maria Sampaio)	São Paulo	União Sampaio
		São Bernardo do Campo (Jardim Silvina)	São Bernardo do Campo	Padre Leo Comissari
	RIO DE JANEIRO	Várzea Paulista (Vila Real)	Várzea Paulista	Orquídea
		Rio de Janeiro (Cidade de Deus)	Rio de Janeiro	Cidade de Deus
		Niterói (Charitas)	Niterói	Preventório
		Silva Jardim	Silva Jardim	Capivari
		Marica	Marica	Mumbuca
		Duque de Caxias (Saracuruna)	Duque de Caxias	Saracuruna
	MINAS GERAIS	Chapada]Gaúcha	Chapada]Gaúcha	Chapadense
		Esmeraldas	Esmeraldas	Esmeralda
		Teófilo Otoni (Teófilo Rocha)	Teófilo Otoni	Banclisa

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Instituto Banco Palmas.

4.8 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COM BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Os BCDs representam um fenômeno em construção no Brasil e, por conseguinte, o debate acerca das experiências no país torna-se primordial para a compreensão de seu desenvolvimento. Embora os BCDs sigam a metodologia do Banco Palmas (pioneiro no Brasil), cada um respeita as peculiaridades, histórias, desafios e características da região do país em que está estabelecido.

Segundo Raposo e Faria (2015, p. 555), os tipos de BCDs podem ser classificados conforme a iniciativa de criação do Banco, a forma como se estruturam, assim como pelos produtos e serviços oferecidos. Os bancos clássicos são criados pelas próprias comunidades, eles possuem moeda social, oferecem microcrédito e prestam serviços de correspondente bancário. Ex.: Banco Palmas. Outro tipo de BCD são aqueles que são acompanhados por incubadoras universitárias para iniciar, organizar e fortalecer suas atividades. Ex.: Banco Jardim Botânico em João Pessoa/PB. E por fim, existem os BCDs que são constituídos com o auxílio da iniciativa do poder público, planejado com as políticas de redistribuição de renda. Exemplo: Banco Cocais e Banco Popular de Maricá.

Nesta seção, devido a inviabilidade operacional de uma pesquisa de campo, foi feita uma revisão na literatura de vários autores com trabalhos publicados na área de estudo dessa pesquisa, ou seja, sobre os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Em cada banco pesquisado será apresentada uma contextualização de seu surgimento, descrição de sua estrutura e sua dinâmica. É importante salientar também, a forma como se relaciona no território ao qual pertence, e para além desse, sendo este um importante elemento para a sustentabilidade dessas experiências.

4.8.1 Banco Palmas (Fortaleza/Ceará)

Foi criado pelos moradores do Conjunto Palmeiras (bairro da periferia de Fortaleza para onde várias famílias que viviam em áreas de risco foram remanejadas). A falta de infraestrutura no lugar fez com que os moradores se organizassem, reivindicando a urbanização do bairro. Frente à expectativa de melhorias na vida das pessoas, tornou-se necessário o fortalecimento da economia local, pois também se percebeu que a mesma ficava enfraquecida, já que suas relações econômicas ocorriam fora do bairro (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008, p.14 apud RAPOSO; FARIA, 2015, p. 556).

Dessa forma, foi inaugurado em 1998 o Banco Palmas, fruto de um projeto coletivo, pensado e desenvolvido pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). O banco objetivava garantir microcréditos para a produção e consumo local a juros baixos, sem exigência de consultas cadastrais,

comprovação de renda ou fiador, bastava apenas o conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade (FRANÇA FILHO, 2012, p. 57 apud RAPOSO; FARIA, 2015, p. 556).

Foi criada também a moeda social do BCD, que era denominada Palmas, Com o uso da moeda, os moradores faziam suas compras dentro do bairro e o dinheiro circularia internamente. Para que essa moeda circulasse, foi necessário um trabalho de esclarecimento tanto dos comerciantes como dos consumidores sobre o uso cotidiano dela para fortalecer a economia local (RAPOSO; FARIA, 2015, p. 556).

Segundo Raposo e Faria (2015), o Banco Palmas desenvolve diversas atividades, desde práticas comunitárias, organizações associativas e reivindicativas, prestação de serviços bancários, disponibilização de pequenos créditos, fomento aos empreendimentos locais. Além disso, pratica atividades de formação e capacitação de apoio à criação e articulação de novos bancos comunitários com a mesma metodologia do Banco Palmas focados no desenvolvimento de uma forte rede solidária de produção e consumo local.

Em 2003, foi criado o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Sócio-Economia Solidária (Instituto Palmas) difundindo a metodologia do BCD e influenciando a implantação de outros bancos no país.

4.8.2 Banco Jardim Botânico (João Pessoa/ Paraíba)

Localizado na comunidade de São Rafael, área considerada de risco e de vulnerabilidade econômica e social. O BCD surgiu de uma parceria entre a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários e Gestão do desenvolvimento territorial (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o apoio de várias organizações e de políticas públicas de inclusão social no bairro.

De acordo com Raposo e Faria (2015, p. 558) outra instituição de apoio e liderança muito importante para a Economia Solidária na comunidade é o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), que mantém vários projetos em parceria com o poder público e com instituições de sociedade civil dentre eles a rádio comunitária “Voz Popular”, o grupo de panificação “Jovem Pão”.

A escolha de São Rafael para a implantação da experiência foi fundamentada no conhecimento que a INCUBES possuía das condições favoráveis da comunidade para o estabelecimento de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, tais como: organização comunitária sólida, projetos econômicos solidários em andamento, apoios institucionais e lideranças locais atuantes no território,

Desse modo, em 2012, após o processo de discussão iniciados pela INCUBES e desenvolvido junto com a ITES/UFBA foi inaugurado o Banco Jardim Botânico, cuja moeda social foi chamada Orquídea. Tal moeda, utilizada para concessões de crédito para consumo, é aceita pelos comerciantes cadastrados na experiência. O BCD funciona como fomentador de ações e projetos sociais; formação e inclusão de catadores de matérias recicláveis em João Pessoa; Projeto Quintais Solidários; Projeto Balcão de Formação e Emprego Itinerante; Fortalecimento da Padaria Comunitária; Projeto do Banco de Alimentos Comunitário; Projeto Redes Sociais; Realização de cursos de informática na comunidade; e outras formações sobre Economia Solidária; finanças solidárias e territorialidade (RAPOSO; FARIA, 2015).

4.8.3 Banco Cocais (Teresina/PI)

Está localizado no pequeno município de São João do Arraial, próximo de Teresina, possui uma população de pouco mais de 7 mil habitantes.

O BCD Cocais cuja moeda social é chamada Cocal, foi implantado com o apoio da prefeitura de São João do Arraial, para suprir a falta de agência bancária, ou correspondente bancário no município. A prefeitura participou de forma ativa nesse processo, inclusive fazendo parte do conselho gestor, junto com entidades locais; além disso, parte do salário dos funcionários públicos e dos benefícios do Bolsa Família são pagos em moeda social.

No BCD também é possível pagar taxas e impostos em moeda social, proporcionando uma ajuda mensal ao banco.

Segundo Raposo e Faria (2015), o Banco Comunitário é de responsabilidade da sociedade civil, porém, a prefeitura do município e entidades locais formam o conselho gestor.

4.8.4 Banco Popular de Maricá (Maricá/RJ)

O banco foi criado em 2014, por iniciativa do poder público municipal e não da população, caracterizando-se como uma experiência diferente da metodologia dos bancos comunitários e fazendo parte de uma política pública municipal.

De acordo com Raposo e Faria (2015), no município de Maricá, cerca de 10% (dez por cento) da população vivia em situação de extrema pobreza, para amenizar esse quadro, a prefeitura municipal instituiu um programa de distribuição de renda para famílias cadastradas nos programas sociais do município, o programa recebeu o nome de Bolsa Mumbuca. Através dele era repassada para as famílias uma quantia em Mumbucas (moeda social virtual do BCD), com a finalidade que essa renda adicional circulasse no município fortalecendo a economia local.

A moeda Mumbuca circula como uma moeda social virtual via cartão magnético que é passado em máquinas que os estabelecimentos cadastrados recebem como pagamento de produtos e serviços.

As famílias beneficiadas receberão incentivos para criarem cooperativas e grupos produtivos, através de créditos como juros subsidiados, seguros e cursos de capacitação, a essas cooperativas, associações, artesãos, pequenos comerciantes e pescadores.

4.8.5 Banco Cascata e Banco Justa Troca (Porto Alegre/RS)

Foram inaugurados em 25 de junho e 05 de julho de 2016 na cidade de Porto Alegre, respectivamente, o Banco Cascata no bairro Cascata e o Banco Justa Troca no bairro Sarandi.

Segundo informações do jornal digital Sul 21, no Banco Cascata a iniciativa está diretamente relacionada ao grupo Misturando Arte (coletivos solidário de artesãos) e à Associação de Economia Solidária, Cultura e Educação da Cascata (ASESCEC).

A iniciativa do projeto foi do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA), ligado à faculdade de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A mobilização para a criação do BCD começou em 2014 com a realização de reuniões periódicas, cursos, conversas e eventos com a comunidade e com

estudantes sobre Economia Solidária e cooperativismo; além disso, foi feito um mapeamento da produção da comunidade, e algumas feiras de troca.

Conforme o site do FBES, no Banco Justa Troca, a Cooperativa de Costura Unidas Venceremos (UNIVENS) e a marca de roupas ecológicas Justa Trama estão envolvidas na criação da experiência que tem a moeda social chamada Justo. Lá também se constituiu uma associação comunitária para organização e gestão do banco e um fundo para o lastro da moeda.

Em Porto Alegre, conforme reportagem do Jornal do Comércio de fevereiro de 2012, existem pelo menos quatro incubadoras universitárias na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade La Salle (UniLaSalle), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e UFRGS. Está havendo, até mesmo, por parte dos professores do NEGA uma tentativa de articulação entre as entidades em uma plataforma de troca de conhecimentos sobre os projetos de Economia Solidária em desenvolvimento por cada incubadora.

Os pilares de ação do Banco Cascata são as feiras de troca; os créditos produtivos, a moeda social denominada Antena e a moeda eletrônica social, chamada de E-dinheiro. O E-dinheiro é uma plataforma eletrônica que é acessada por um aplicativo de celular. Nela é possível realizar depósitos, transferências, pagamentos e recebimentos em geral, com tarifas baixas e sem intermediações dos bancos convencionais, diminuindo os custos da transação tanto para comerciantes quanto para a comunidade. São organizadas também redes econômicas locais onde as transações sejam realizadas com o dinheiro eletrônico e com a moeda Antena motivando a produção da comunidade.

Além desses pilares, o Banco trabalha com o recolhimento e venda de garrafas Pet para arrecadação de recursos para a formação do fundo de funcionamento, e também para o pagamento de professores de oficinas para a capacitação profissional da comunidade.

5 CRÍTICAS À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UM CENÁRIO CAPITALISTA

Apesar das experiências e tendências no Brasil e no mundo, que atribuem à Economia Solidária possibilidades e conquistas, há percepções que buscam elaborar análises críticas a esse projeto social e apontar desafios aos seus atores sociais e defensores.

Uma dessas perspectivas é a de Germer (2006), que direciona forte crítica a um dos autores que, segundo ele, destaca-se como intérprete do campo das iniciativas no âmbito da Economia Solidária: Paul Singer. Germer aponta o que seriam equívocos de Singer relativos a aspectos de suas teses, propostas e conceitos.

Segundo Germer (2006), há conflitos entre a abordagem de Singer sobre a cooperativa de produção como protótipo da Economia Solidária e as possibilidades e limites dessas cooperativas ante o capitalismo. O autor argumenta que

(...) o cooperativismo, núcleo estratégico do projeto de “economia solidária”, segundo Singer, a despeito de sua relevância como sintoma do nascimento do embrião da nova sociedade, em nenhum momento foi capaz de catalisar um processo significativo de mudança social dirigido pela classe trabalhadora (GERMER, 2006, p. 201).

Germer (2006) demonstra desacordo com a ideia de Singer de teorizar a Economia Solidária como uma forma social alternativa ao capitalismo. Na crítica a Singer, o autor desmerece a Economia Solidária enquanto projeto alternativo concreto de reação aos problemas sociais causados pelo neoliberalismo. Em sua perspectiva, Germer (2006, p. 195), a Economia Solidária representaria apenas um conjunto de “políticas emergenciais de atendimento a desempregados e pequenos produtores autônomos e informais” instituídas para tentar encobrir essa deficiência. O autor afirma ainda que a Economia Solidária consistiria em “políticas emergenciais oficiais” somadas e/ou difundidas com “iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social” (p. 195).

Para Germer, o socialismo não pode ocorrer dentro de um sistema capitalista de produção, pois esse não reflete os interesses do proletariado como classe; dessa forma para o autor a Economia Solidária apenas serve para desviar essa classe da sua verdadeira luta.

Ele salienta ainda, sobre a incoerência das formas coletivas de propriedade

Na medida em que a forma jurídica capitalista da propriedade subordina de modo determinante todas as formas divergentes dela, as formas coletivas só podem desenvolver as suas potencialidades depois que a forma privada individual for abolida, o que só pode ocorrer, no entanto, no contexto de uma mudança social global no modo de produção (GERMER, 2006, p. 211).

Já na leitura de Wellen (2008) sobre o projeto da “Economia Solidária” - termo inclusive escrito entre aspas que segundo o autor pela elevada carga ideológica e mistificada do mesmo - Ele analisa o contexto e o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil e alerta que o projeto estimula à reestruturação produtiva do capital e à terceirização da força de trabalho.

Para o autor, é impossível para a “Economia Solidária” romper a ordem do capital dentro do mercado capitalista, pois a boa vontade da “solidariedade” é insuficiente para romper a ordem do capital. Ele afirma que existe uma contradição que se inicia com a “utilização do capital como solidariedade” e finaliza com a “transformação da solidariedade como meio de troca”, como se observa nos parágrafos abaixo:

(...) os defensores desse projeto advogam a possibilidade de determinação do sentido do capital pelo seu portador individual. As contradições sociais não teriam a sua causa no capital como uma relação social, mas exclusivamente da vontade egoísta de seu portador. Nesse sentido, sendo o seu detentor um indivíduo de valores solidários, o capital teria também esse sentido, ou seja, a economia seria solidária (WELLEN, 2008, p.109)

Dessa maneira, o capital não representa uma escolha individual e sim de uso coletivo, pois os seus detentores usariam da sua boa vontade para fazer seu capital particular se ampliar, contribuindo para a solidarização da Economia.

Ainda, segundo o autor, a solidariedade passaria a ser uma mercadoria como qualquer outra, usada para agregar valor à empresa (2008, p.110):

Esse seria o lema da ‘economia solidária’: não competir com as mercadorias massificadas das grandes corporações capitalistas, mas proporcionar um tipo de produto ou serviço que tenha outros diferenciais, tais como atendimento personalizado e uma relação mais humana entre a organização e seu cliente.

Wellen salienta também que a mistificação da realidade, pois esses trabalhadores não possuem direitos trabalhistas; possuem longas jornadas de trabalho; servem de mão-de-obra barata para o mercado, possibilitando uma maior acumulação capitalista.

Os integrantes da 'economia solidária' podem se imaginar como trabalhadores autônomos quando, na verdade, estão inseridos numa relação direta de exploração. Vendem sua força de trabalho, mas são levados a se ver como imunes e superiores a essa relação de exploração (WELLEN, 2008, p. 111).

Outra questão levantada por Wellen diz respeito à extensão do projeto somente em um ambiente restrito, implicando, dessa forma, numa singularidade que impede as perspectivas concretas de transformação social.

É uma mistificação pensar que as relações internas dentro de uma comunidade estão suspensas das determinações do capitalismo e que a 'economia solidária' poderia forjar, de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar. Para superar a ideologia capitalista e fazer submergir qualidades autenticamente humanas, é preciso um movimento que abarque a totalidade social e que não se restrinja à comunidade, isto é, que não se limite à posição de que a "racionalidade assenta na comunidade de trabalho (WELLEN, 2008, p.109).

A crítica à Economia Solidária formulada pelos autores centra-se fundamentalmente no caráter reformista, ou seja, não revolucionário da experiência da economia baseada na solidariedade. Esta não romperia com o capitalismo, apenas buscando minimizar alguns efeitos da Economia Capitalista sobre os trabalhadores. A experiência da ES só existiria quando esta não perturbar a ordem do capital, não seria, então uma alternativa socialista à Economia Capitalista.

6 CONCLUSÃO

A Economia solidária tem se mostrado nos últimos anos um movimento em evolução e expansão no mundo todo representando uma outra forma de fazer economia, diretamente associada à ideia de solidariedade, opondo-se portanto, ao individualismo utilitarista do mercado na sociedade capitalista. Mesmo que as críticas à Economia Solidária como uma prática reformista tenha sentido, é inegável os benefícios que a ES e os BCDs trazem à população.

Com as práticas solidárias ocorre uma reconciliação entre a economia e as boas condutas da humanidade; ocorre igualmente uma profunda transformação social, em que os valores como justiça, cooperação entre as pessoas, efetivação da dignidade humana, valorização do ser humano ao invés do capital, tornam-se fundamentais tanto no individual quanto no coletivo. O ser humano volta-se para os cuidados com as pessoas e com o meio ambiente, sabedor de que disso depende seu bem estar e o da coletividade.

Através da articulação das três formas de economia – mercantil, não mercantil, e não monetária - a Economia Solidária contribui para a expansão das liberdades individuais através do acesso ao mercado antes extremamente restrito; para a igualdade através da redistribuição da riqueza e das oportunidades iguais para todos; e para a valorização das trocas pelo não uso do dinheiro.

Para uma boa parcela da população brasileira que não possui a oportunidade de prover a sua própria renda e dessa forma afirmar sua dignidade como agente transformador da sua própria realidade, é que as Finanças Solidárias operam. Elas se caracterizam como um conjunto de iniciativas que têm a função de democratizar o acesso aos recursos financeiros a serviço das necessidades coletivas. É, portanto, nesse viés que os Bancos Comunitários operam, atuando como práticas de Finanças Solidárias, localizados em territórios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

Tais bancos estruturam-se em quatro núcleos de ações para promover o desenvolvimento socioeconômico do território: Fundo de crédito solidário, moeda social circulante, feiras de produtores e trocas e programas de capacitação profissional. Além disso, os BCD investem na produção, geração de serviços e consumo territorial, construindo assim uma rede solidária de prossumidores que associa produtores e consumidores no mesmo local.

Observa-se através das experiências dos BCDs descritas no trabalho, que independente da forma como se organizam, todas elas mantêm o caráter de inclusão social através do fortalecimento da coletividade local, visando o desenvolvimento do território. Ademais, verifica-se que essas experiências além de melhorarem a situação econômica dos indivíduos, facilitam a interação social, contribuem para a aprendizagem coletiva que transforma a realidade da comunidade e contribui para a reflexão dos moradores acerca dos processos de desenvolvimento.

Uma questão pertinente e preocupante nos empreendimentos de finanças solidárias é a de como sobreviver quando o apoio externo findar, quando o suporte da Incubadora se concluir? Dessa forma, salienta-se que os BCDs precisam prioritariamente firmar parcerias e convênios, interligando tais empreendimentos a outros da Economia Solidária da região, articulando-os em redes de colaboração solidária para que juntos sobrevivam e resistam frente ao capitalismo voraz dos mercados.

Percebe-se também uma carência de uma política efetiva do Estado e o estabelecimento de um marco legal regulatório dos Bancos Comunitários, para que uma parte dos recursos para a sustentabilidade desses empreendimentos solidários esteja garantida, e para que esses Bancos sejam uma base para um novo modelo de Finanças tradicionais baseado nos princípios da solidariedade, cooperação e do bem estar coletivo.

Faz-se necessário também uma ampliação da reflexão sobre a ES e o BCDs, tanto dos envolvidos diretamente nas experiências como da população em geral, visto que um aumento das discussões sobre o tema resultaria numa melhor organização, consolidação e ampliação das mesmas; além de uma mudança de valores da sociedade no sentido de viver solidariamente e sustentavelmente

Dessa forma, acredita-se que a Economia Solidária e todas as suas práticas, inclusive os BCDs, não podem ser consideradas uma substituição das políticas públicas de inclusão social, desenvolvimento econômico e melhora no bem estar dos indivíduos, mas sim uma ação que suplementa e integra outras políticas do governo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO – ADS/CUT. Arilson Favareto (Org.). **Planejando Empreendimentos Solidários**. São Paulo: CUT, 2004. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=is=26986>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de janeiro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm. Acesso em: 25 abr. 2017

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa do Senado, 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de março de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm. Acesso em: 24 abr. 2017

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária** – Termo de Referência. Brasília: SENAES/MTE, 2013. v. 4.

CÁRITAS BRASILEIRA. Organismo da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). 2013. Disponível em: <<http://caritas.org.br>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. **Fundos Solidários**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/fundos-solidarios>>. Acesso em: 24 abr 2017.

CARVALHO, M. C.; COIMBRA, A. L. de S. A Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão: Trajetória Política nos Limites da Sociedade do Capital. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO – TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 8., 2012. **Anais...** Juiz de Fora/MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/a_associacao_nacional_de_trabalhadores.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2017.

FOFONKA, R. O que tirar da experiência dos Bancos Comunitários. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 11 fev. 2016. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/02/ge/noticias/480498-o-desenvolvimento-no-lugar-do-lucro.html>. Acesso em: 18 mai. 2017.

FOGLIATTO, D. Primeiros Bancos Comunitários do Sul do Brasil são inaugurados em Porto Alegre. **Sul 21**, Porto Alegre, 25 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/primeiros-bancos-comunitarios-do-sul-do-brasil-sao-inaugurados-em-porto-alegre>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **O que é o CIRANDAS**. 04/03/2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria#comments_list>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. **Banco da Cascata e Banco Justa Troca em Porto Alegre**. 19/07/2016. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/blog/banco-da-cascata-e-banco-justa-troca-em-porto-alegre>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

_____. **Relatório sobre a Situação dos Planos Estaduais de Economia Solidária**, 2016. Disponível em: <<http://fbes.org.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL - FSM. **FSM 2016 - Fórum Social Mundial 15 Anos**. 19 a 23 janeiro 2016. Disponível em: <http://fsmboa.com.br/default.php?p_secao=12> Acesso em: 28 mai. 2017.

_____. **Memória FSM – Repositório Digital do Fórum Social Mundial**. Disponível em: <<http://memoriafsm.org/page/edicoes>>. Acesso em: 28 mai. 2017

FRANÇA FILHO, G. C. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos comunitários. In: SILVA JUNIOR, J. T. (Coord.) **Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Juazeiro do Norte, 2008. Disponível em: <http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Livro-1-Cole%C3%A7%C3%A3oEnapegsV1_Gest%C3%A3oSocialPraticasDebatesTeoriasConstru%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JUNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In: CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 31-37.

FRIZON, N; CARVALHO H. J. R de; ZANIN, M. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Tendências e Lacunas nas Publicações Acadêmicas Brasileiras. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Ano XVII, Ed. Esp., Salvador-BA, Dez. 2015, p. 699-719. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4005/2854>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GERMER, C. M. A economia solidária: uma crítica marxista. In: **Revista Outubro**. São Paulo, nº 14, 2006. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/a-economia-solidaria-uma-critica-marxista/>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

MANCE, A. M. **A revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Texto apresentado no Encontro Nacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha, 2005. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redde_de_Colaboracao_Solidaria.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. In: **Biblioteca Virtual UFSM**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522477302/pageid/58>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. de; MAGALHÃES, S. Bancos comunitários. **Repositório do conhecimento do IPEA**, nov. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4059/1/bmt41_10_Eco_Bancos_41.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PAEZ, L. F. V. **Economia Solidária, uma alternativa ao Liberalismo**. Tradução de Marizete Dalla Corte. Santa Maria: Cisma Edições, 2001.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo exploratório em Bancos Comunitários: Conceito, Características e Sustentabilidade**. 2007. 140p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2007. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/files/publicacao/arquivo/dissertacao_finalpdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

RAPOSO, J. G.; FARIA, M. S. DE. Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local. **Revista do Programa de Pós-graduação em Administração**, v. 11, n. 22, 2015. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-index.php/OC/article/view/60034/50007>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

REIS, T. A. **A sustentabilidade em empreendimentos da Economia Solidária: Pluralidade e interconexão de dimensões**. 2005. 201p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2005. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/publicacao/arquivo/dissertacao_tatianareis_pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

SILVA JÚNIOR, J. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. In: VI CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 8 a 11 de novembro de 2007. Salvador, 2007.

SILVA JÚNIOR, J.; GONÇALVES, S.; CALOU, A. Avaliando experiências de gestão social: os impactos do Banco Palmas para o desenvolvimento do território nos últimos 10 anos (1998-2007). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

SINGER, P. **Finanças solidárias e moeda social**. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AF4E0DA6514F7/FINAN%C3%87AS%20SOLID%C3%81RIAS%20E%20MOEDA%20SOCIAL.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/2008_tese_AGLPaulino.pdf>. Acesso em 02 abr. 2017.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da “economia solidária”. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/4761/4042>>. Acesso em: 06 mai 2017.